

Um semanário anarquista durante o primeiro Governo Afonso Costa: «Terra Livre»

No período inicial da I República, anterior ao golpe de dezembro, o ano de 1913 constitui, sem dúvida, um dos períodos mais dramáticos e de maior complexidade, pois nele se conjugam diversos factores políticos e sociais que o tornam uma espécie de condensado turbulento de tudo o que havia de suceder posteriormente. Iniciado com a subida ao poder de Afonso Costa e a nomeação dum Ministério exclusivamente democrático, depois de diversos tentames falhados e desastrosos de executivos heterogéneos, 1913 é o ano da primeira revolução retintamente republicana contra a orientação do regime implantado em 1910 e, ao mesmo tempo, o ano em que as três forças políticas de oposição ao afonsismo tentam subverter a ordem vigente: republicanos radicais, saudosos das grandes esperanças do 5 de Outubro (elementos que estão na raiz do tentame revolucionário do 27 de Abril), sindicalistas em guerra aberta com o chefe de Governo, por eles assimilado a um «novo João Franco», e, finalmente, monárquicos apostados em derrubarem o próprio regime. Estas três forças coligam-se por vezes, sobretudo quando se trata de juntar republicanos puros e duros com sindicalistas descrentes já desta República tão claramente burguesa; os «abrilistas», cuja trajectória é possível seguir desde então até ao final da República, traduzem precisamente esta conjugação das duas forças referidas. Como o escreveria depois Bento Gonçalves, o «abrilismo» foi mesmo uma das opções do movimento operário, que o dirigente do Partido Comunista não podia deixar de criticar, julgando os abrilistas sequazes dum aventureirismo «putschista» e dum «oportunismo de esquerda»¹. Por detrás destes abrilistas estava

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ Bento Gonçalves, operário do Arsenal da Marinha, eleito secretário-geral do PCP em 1929, onde combateu as tendências anarquistas em proveito dum partido realmente leninista, foi preso em 1937, pouco depois do seu regresso do VII Congresso da Internacional Comunista, sendo um dos primeiros a serem deportados para o Campo do Tarrafal, em Cabo Verde, onde havia de morrer; no seu livro *Palavras Necessárias. A Vida Proletária em Portugal de 1872 a 1927* (Porto, ed. de Virgínia de Moura, 2.ª ed., 1973, p. 30) diz:

Os sindicalistas revolucionários prestam efectivo apoio a esse movimento [o 27 de Abril de 1913], patenteando assim, de forma clara, o seu oportunismo de esquerda. Por outro lado, a sua ligação com um grupo de oposição ao Governo punha em foco a incapacidade de o movimento sindical soldar a si todas as camadas laboriosas e da pequena produção do País. Esta insuficiência

—e voltaria a estar até ao sidonismo e mesmo depois dele — o perfil algo enigmático de Machado Santos, o republicano recalcitrante que, fundada por suas mãos a República, não mais havia de parar de conspirar contra ela, acabando assassinado em circunstâncias trágicas, durante a «Noite Sangrenta», em Outubro de 1921².

prática de ligar a si as massas derivava da errada concepção estratégica em que se baseava o movimento sindical revolucionário (p. 30).

O «abrilismo», escreve mais adiante, foi responsável por «muitas baixas no movimento operário» (p. 33), pois o putschismo fez muitos trabalhadores abandonarem a luta sindical; segundo Bento Gonçalves, os abrilistas teriam também apoiado Sidónio Pais (p. 40). O Grupo 27 de Abril, já existente à altura, vai ocupar efectivamente lugar de relevo na vida política do consulado ditatorial sidonista, reaparecendo de quando em quando contra o Partido Democrático, tal como sucedeu, por exemplo, durante o golpe pré-fascista do 18 de Abril de 1925. Ainda quanto ao abrilismo, recordemos o que sobre o golpe de 1913 dizia *A Aurora*, do Porto; num artigo significativamente intitulado «Um aborto lamentável», o semanário anarquista dirigido por António Alves Pereira escreve, no seu n.º 145, de 4 de Maio de 1913, que a tal Federação Republicana Radical, que estava por detrás do golpe falhado do 27 de Abril, podia talvez contar entre os seus sócios alguns operários sindicados, como contava também com um ministro no Governo e várias personalidades do Partido Democrático; mas que os operários podiam ter uma actividade extra-sindical no campo político (sente-se aqui a argumentação segundo a qual o sindicalismo se bastava a si mesmo, não sendo necessário levá-lo para o terreno da acção política partidária) que os não vinculava como sindicalistas que eram, insistindo porém o semanário em que o movimento operário deve ser indiferente à política, «confiando em si próprio, desconfiado dos políticos e das promessas e movimentos dos mesmos». Nenhum grupo político, secreto ou público, continua *A Aurora*, ousaria propor à organização sindical «uma acção conjunta com fins políticos». Todavia, como ao Governo convinha servir-se do 27 de Abril para atacar o operariado, seu velho inimigo, ei-lo a explorar a eventual participação de trabalhadores nesse movimento republicano, caluniando assim os sindicalistas, como já o fizera a propósito dos talassas. Outro artigo do mesmo semanário, intitulado «Sursum corda!» (n.º 146, de 11 de Maio de 1913), retoma o problema, perguntando:

Que tinham a ver, por exemplo, os revolucionários sociais e a organização sindical com a tentativa política do 27 de Abril? Nada, evidentemente. A acção dos sindicatos *está no pólo oposto*. Estas agitações políticas e revoltas — aliás explicáveis num país pobre, sem indústria, com um funcionalismo mal pago [...] um proletariado em grande parte desorganizado e roído de messianismo político [...] —, estas agitações e revoltas políticas incomodam e prejudicam todas as classes, economicamente falando [...]; e o sindicalismo é a mais forte reacção contra esse estado de coisas e de espíritos. [Sublinhado do original.]

E termina pedindo que os operários deixem passar a borrasca.

² Sobre António Maria de Azevedo Machado Santos (1875-1921) veja-se o nosso estudo introdutório «Machado Santos, o republicano recalcitrante», in *Machado Santos, a Carbonária e a Revolução de Outubro* (textos de J. Madureira e outros), Lisboa, História Crítica, 1980, pp. 9-21. Num folheto intitulado *Homenagem Dum Grupo de Amigos a Machado Santos. O 13 de Dezembro* (Lisboa, s. d., 40 pp.) garante-se que, sabendo da preparação do 27 de Abril, o almirante teria procurado o capitão Lobo Pimentel — futuro chefe da Polícia durante o sidonismo — para o dissuadir de o fazer eclodir. Afirma-se aí também que, sabendo de uma vasta greve que se preparava no Alentejo em 1913, o herói da Rotunda teria procurado Carlos Rates para sustar a greve dos rurais, o que conseguiu, evitando «a ruína daquela província» (p. 22). Diga-se de passagem que Carlos Rates conhecia muito bem Machado Santos, pois até colaborou n' *O Intransigente*. Está ainda por fazer o estudo sobre as ligações dos grupúsculos políticos de Machado Santos com o movimento operário — em suma, a história do «abrilismo». Em 1916, Machado Santos tentaria um golpe militar, no qual participariam de novo elementos sindicais

O ano de 1913 surgia ante a geral expectativa e apreensão de todos. Na caricatura do semanário satírico *Os Ridículos*, dirigido por Caracoles³, um desenho de Silva Monteiro apresentava o Zé-Povinho aterrado, vendo chegar o ano de 1913 sob a forma dum bebé marreco⁴. E, no final desse ano terrível, o mesmo semanário despedia-se sem mágua dele, dizendo que 1913 não fora bom nem para republicanos nem para talassas...⁵ Efectivamente, esse agitado e turbulento ano fora péssimo para toda a gente e, ao escoar-se na ampulheta, não deixava saudades a quem quer que fosse, nem mesmo porventura a Afonso Costa, que em começos do ano seguinte acabaria por se apear do Ministério, após a árdua tarefa

e anarquistas. Testemunha dessa convergência o seguinte documento do Ministério da Guerra, do seu Serviço de Informações, com a data de 6 de Setembro de 1916:

Serviço especial do Governo Civil

A Federação da Construção Civil, que desde ontem está em sessão permanente, vai efectuar uma excursão à Amadora com os fins que passo a expor:

Na referida excursão tomam parte sindicalistas, anarquistas e filiados do 27 de Abril, bem como várias classes operárias, com o firme propósito de ali promoverem um comício, chamando o povo à revolta; da sessão permanente e do comício em questão deve resultar a preparação de novos tumultos, sendo o principal dirigente deste movimento o farmacêutico Jaime de Castro. Esta informação é confirmada por outras origens.

Na mesma Federação foi lavrado um solene protesto contra as prisões de vários militantes. [Documento do Arquivo Histórico Militar, Lisboa.]

Recorde-se que o editor de *Terra Livre* era Jaime de Castro. Os documentos militares da altura atestam as frequentes ligações do Grupo 27 de Abril com sindicalistas e anarquistas, assim como com o célebre Pedro Muralha, d'*A Vanguarda* (um dos futuros sidonistas). Noutro relatório, com data de 26 de Julho de 1916, descobre-se que nos meandros da conspiração antiafonsista e antidemocrática estão personalidades e grupos tão heterogéneos como o referido Muralha, os Ficalhos, o conde de Figueiró (estes titulares eram talassas), etc. Refere-se aí que o capitão Lobo Pimentel rompeu com o Grupo 27 de Abril após o 14 de Maio de 1915 (Arquivo Histórico Militar). Um outro documento inédito do Ministério da Guerra, Serviço de Informações, com data de 26 de Agosto de 1916, afirma que na Rua de Santo Antão, na Casa Sindical e na Associação dos Fragateiros houve reuniões de elementos adversos ao Governo da altura (União Sagrada): «[...] arruaceiros de 27 de Abril, agitadores sindicalistas, etc.», e que se teria falado de greve geral, de motins por falta de subsistências e de resistência à mobilização. No Governo fictício que Machado Santos «nomeou» através dum falso *Diário do Governo* distribuído por ocasião do seu golpe de 13 de Dezembro de 1916, o ministro do Trabalho ali previsto era José da Costa Júnior.

³ Caracoles é o pseudónimo de José Maria da Cruz Moreira (Tavira, 1862-Lisboa, 1930); tendo aprendido a arte da tipografia com o seu pai, passou pelo quadro de compositores de diversos jornais da época, como o *Diário Popular* e a *Folha do Povo*, do republicano Cecílio de Sousa, onde colaborava ainda na secção «Os ridículos», nome que daria depois a um semanário seu fundado em 1895, com uma 2.ª série que se inicia em 1905. Foi administrador do concelho de Freixo de Espada à Cinta e de Ferreira do Zêzere e ainda alto funcionário da Direcção-Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais. Escreveu a revista *Lisboa em Camisa*, de colaboração com Ernesto Desforges. Na fase que nos interessa, o semanário satírico de feição monárquica teve como ilustradores Silva Monteiro, Alonso, Alberto Sousa, Jorge Colaço (grande ilustrador d'*O Talassa*), Stuart Carvalhais, etc.

⁴ Veja-se *Os Ridículos*, primeira página do n.º 759, de 1 de Janeiro de 1913 (desenho de Silva Monteiro, encimado pela legenda: «1913, ano de azar!», e subintitulado: «— Um filho marreco! Não me falta mais nada!...», frase pronunciada por um Zé-Povinho aterrado ao ver chegar o bebé 1913).

⁵ Veja-se a primeira página d'*Os Ridículos*, n.º 862, de 31 de Dezembro de 1913. O ano de 1913, envelhecido, afasta-se, apupado por dois zés-povinhos e duas mulheres representando respectivamente a Monarquia e a República; a legenda reza: «Vai-te, maldito!»

de dirigir o País durante exactamente treze meses, ou seja, de 9 de Janeiro de 1913 a 9 de Fevereiro de 1914, sendo substituído por Bernardino Machado e só voltando a chefiar o Gabinete perto do final do ano seguinte, ou seja, em 29 de Novembro de 1915. Aguardado com fervor ou receio, o seu Governo acabaria, porém, por mudar a imagem de messias nele cristalizada pela de «tiranete ridículo», «novo João Franco», «racha-sindicalistas», etc., sendo o seu Governo acimado de «miguelismo vermelho», «monarquia de barrete frígio», «verdadeira Bastilha»⁶, república governada com uma «política à turca»⁷, nas mãos de «tiranetes de gorra vermelha»⁸, dirigidos pelo «socialista Costa»⁹, que, na realidade, instaurou o «autocratismo» da «ditadura democrática»¹⁰ sob a fêrula dum

⁶ Artigo não assinado (provavelmente da autoria de Pinto Quartim) «Oh, a República!...», in *Terra Livre*, n.º 11, de 24 de Abril de 1913, p. 4.

⁷ Artigo não assinado «Liberdade de imprensa», in *Terra Livre*, n.º 4, de 6 de Março de 1913.

⁸ Id., loc. cit.

⁹ Artigo não assinado «Uma campanha justa. / Pelos presos por questões sociais. / A República e os operários», in *Terra Livre*, n.º 2, de 20 de Fevereiro de 1913, p. 2. Note-se que a imprensa operária e anarquista da altura insiste constantemente na necessidade de auxiliar todos os que se encontram presos por «questões sociais». Conta Alexandre Vieira que nos começos de 1913 estavam a ferros 113 operários, «entre os quais muitos trabalhadores rurais, todos detidos por questões de carácter sindical, o que determinou um forte movimento de protesto da organização sindicalista, movimento exteriorizado em sessões e comícios públicos, que a comissão executiva promoveu através do País, sobretudo em 30 de Março, manifestações em que se produziram também vivas objurgatórias contra o facto de os governantes sustentarem que os elementos activos da organização operária tinham entendimentos com os conservadores, para evitar a aplicação da lei sobre contribuição predial, havia pouco promulgada» (*Para a História do Sindicalismo em Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Seara Nova, 1970, pp. 65-66). Do mesmo autor veja-se «Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal. De 1908 a 1919», in *Almanaque de A Batalha para 1926*, pp. 53-135. O relato do caso que nos ocupa, o da *Terra Livre* e do atentado do 10 de Junho, é aqui referido nas pp. 70-71. Veja-se finalmente, do mesmo autor, o seu livro *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*, Lisboa, ed. do autor, 1959, interessante sobretudo pelas biografias das diversas figuras do sindicalismo durante a República.

¹⁰ Artigo não assinado «Em pleno regime democrático!», in *Terra Livre*, n.º 23, de 17 de Julho de 1913, p. 4. Afonso Costa também era regularmente apelidado de «Marechal de Ferro» (cf. v. g. *A Aurora*, n.º 147, de 18 de Maio de 1913). O mais comum era chamar-lhe «novo João Franco». Leia-se, por exemplo, na secção «Ecos» d'O *Sindicalista*, n.º 127, de 18 de Maio de 1913, a local intitulada «João Franco»:

Ele aí está! É o mesmo impulsivo, o mesmo desvairado, arbitrário e despótico, prendendo cidadãos e apreendendo jornais, batendo o pé e ameaçando o Parlamento, com a mesma obsessão messiânica de salvar isto, de mandar ele só, de governar ele só.

Como o outro, a impopularidade começa a rodeá-lo. Rugem as imprecações, sibilam os sarcasmos, fuzilam os olhares, crispam-se os punhos. Um passo mais, e será conspurcado e vaiado pelas mesmas iras, pelas mesmas cóleras populares que arrasaram o outro. Algumas manchas de sangue cega-lo-ão de todo, atirando-o para o exílio por entre as gargalhadas caústicas da plebe vingadora.

Não teve ainda a sua Calçada do Carmo [referência aos tumultos ocorridos no regresso de João Franco a Lisboa] — rocha Tarpeia da política portuguesa —, mas a agilidade das pernas que mostrou nos dias da Revolução de Outubro leva-nos a crer que ele galgará, mais célere que o outro, a íngreme e histórica ladeira [...]

Na mesma página, a propósito da perseguição que o Governo movia a O *Sindicalista*, este ataca o «João Franco da República», o «Marechal de Ferro». Numa

«novíssimo marquês de Pombal»¹¹. Todas estas citações foram colhidas num semanário sindicalista libertário durante o ano de 1913 e podem, aliás, ser multiplicadas a partir de outros órgãos da imprensa dos trabalhadores nesse mesmo ano, como *O Sindicalista* ou *A Aurora*. Sendo um dos jornais mais bem compostos do nosso sindicalismo anarquista, a *Terra Livre*, de Pinto Quartim¹², saído para a rua cerca de um mês depois do início em funções do Gabinete chefiado por Afonso Costa, e desde logo em clara oposição aos propósitos anti-sindicais e antioperários manifestos pelo primeiro-ministro na sua célebre conferência de 26 de Janeiro de 1913 na Imprensa Nacional¹³, iria ligar a sua existência ao combate sem tréguas contra o chefe do Partido Democrático, acabando por se ver proibido — e o seu director encarcerado —, sob o pretexto de uma bomba lançada durante os festejos da cidade, em 10 de Junho desse ano. Mas, antes de nos debruçarmos sobre esse contencioso agreste e ainda sobre o significado da própria *Terra Livre*, no âmbito da imprensa anarco-sindicalista do tempo, recordemos alguns dos marcos desse interminável — e «marreco» — ano de 1913. Encarregado de formar Governo por Manuel de Arriaga, Afonso Costa apresenta a 9 de Janeiro o primeiro Gabinete exclusivamente democrático, o primeiro da série de três que chefiaria em vida; a 26 de Janeiro profere na Imprensa Nacional a já referida e tão controversa conferência intitulada *Catolicismo, Socialismo e Sindicalismo*; a 15 de Fevereiro é promulgada a reforma da contribuição predial e a 15 de Março sai a «lei-travão»; a 7 de Abril é Afonso Costa eleito membro efectivo do directório do Partido Republicano Português (Partido Democrático); a 27 de Abril eclode uma revolução que o Governo se empenha em

pequena local na mesma página, o semanário cria o neologismo «francostismo» (franquismo + costismo).

¹¹ Local «Coerência», in *Terra Livre*, n.º 16, de 29 de Maio de 1913, p. 2.

¹² Pinto Quartim dirigira, de 1908 a 1909, um semanário chamado *O Protesto*, «semanário anarquista», de que era proprietário e redactor principal; custava 10 réis, tinha a redacção na Rua dos Correiros, 92, 5.º, e era composto e impresso no Instituto Geral das Artes Gráficas, na Rua das Pretas, 17, tendo saído o seu primeiro número em 25 de Julho de 1908, após o franquismo; o semanário lançou algumas obras, uma das quais seria o folheto *Libertai-Vos!* (sobre a emancipação das mulheres, Lisboa, 1908). A partir do n.º 12, o semanário passa a ser dirigido por Jorge Coutinho, estando então a redacção na Rua da Mouraria, 30, 2.º, em Lisboa, e a impressão na Tipografia da Empresa da História de Portugal, na Rua Ivens, 47 (o n.º 12 é o de 10 de Outubro de 1908); no n.º 18, Pinto Quartim retoma a direcção do semanário (2.ª série, 13 de Fevereiro de 1909); interrompido durante três meses, o semanário era entretanto substituído pela *Guerra Social*, que desaparece quando Pinto Quartim retoma *O Protesto*. No cabeçalho da *Guerra Social* lê-se que este é o «ex-jornal *O Protesto*»; é seu proprietário e redactor principal Jorge Coutinho (n.º 1 de *Guerra Social*, de 21 de Novembro de 1908). Em 1909, Pinto Quartim publicará ainda o *Amanhã* (n.º 1, de 1 de Junho de 1909). Quando *Terra Livre* for suspensa, a sua redacção fará renascer *O Protesto*, cujo n.º 1 é de 24 de Julho de 1913, tendo a mesma redacção que *Terra Livre*, na Rua das Gáveas, 55, 1.º, ao Bairro Alto. Sucede que na Biblioteca Nacional não existe este título. Veja-se, mais adiante, a nota 56. Em 1922, Ladislau Batalha publicaria outro jornal com o título de *O Protesto*, mas de orientação socialista.

¹³ Veja-se o artigo de Jacinto Baptista «A conferência de Afonso Costa na Imprensa Nacional (1913) e a resposta do operariado», in *Diário Popular* de 17 de Novembro de 1977; extractos dessa conferência são publicados por Oliveira Marques no seu *Afonso Costa* (Lisboa, Arcádia, 2.ª ed., 1975, pp. 362-365). A comissão executiva do Congresso Sindical decidiu responder a Afonso Costa, encarregando Manuel Ribeiro de redigir um manifesto que foi publicado no *O Sindicalista*, n.º 115, de 9 de Fevereiro de 1973.

acusar de avessa ao novo regime, quando é obra de sinceros republicanos, alguns dos quais responsáveis pelo triunfo do 5 de Outubro de 1910; o 27 de Abril inaugura aliás a série de revoluções republicanas contra a República e, em certa medida, prefigura o que viria a ser a ditadura de Pimenta de Castro e, sobretudo, a de Sidónio Pais¹⁴; ao movimento do 27 de Abril está ainda associado, neste mesmo ano de 1913, o chamado «complot da *Aurora Redentora*», de Agosto¹⁵, e ainda outro movimento em que sindicalistas e republicanos radicais cooperaram para liquidar o democratismo afonsista na figura mesma do seu chefe, a tentativa de assassinato de Costa na praia das Maças, no final do Verão desse ano ainda¹⁶. Do lado monárquico, o ano de 1913 foi fértil em conspiratas e sedições armadas, uma das quais bastante violenta, a revolta do 21 de Outubro, na qual participaram João de Azevedo Coutinho, Tomás Caiola, Moreira de Almeida e outros destacados elementos «talassas» e durante a qual foi destruído o Museu da Revolução, ao Quelhas; outras conspirações e sedições do mesmo sinal: a conjura de Évora (major Montez, capitães Francelino Pimentel e Raul de Meneses, tenente Vasconcelos e Sá, etc.), o «complot das bombas de Monsanto (Carlos Aflalo e Belard da Fonseca), a conspiração monárquica da Cova da Piedade (Setembro de 1913), os atentados de Torres Novas (20 de Outubro, participação de proprietários da região e de militares: capitão Silveira Ramos, tenentes Sepúlveda Veloso e José de Sá e Pais, etc.). No campo monárquico, o ano de 1913 assinala-se ainda por duas importantes efemérides: o casa-

¹⁴ Sobre o 27 de Abril veja-se David Ferreira, *História Política da Primeira República Portuguesa. 1.º Vol.: 1910-1915. 1.ª Parte*, Lisboa, Livros Horizonte, 1913, pp. 103-106. Algum tempo volvido era descoberto o «complot» do grupo Aurora Redentora, de que faziam parte elementos ligados aos abrilistas e alguns sindicalistas, como o operário João Duarte, com ligação com a Federação Republicana Radical, e sindicalistas notórios, como Jaime de Castro, editor da *Terra Livre*, Manuel Pedro de Abreu e ainda Martins Vagueiro, «antigo socialista» (*Ilustração Portuguesa*, n.º 393, de 1 de Setembro de 1913, p. 277). Cremos que se trata do mesmo Manuel Martins Vagueiro cúmplice do atentado contra Pinheiro Chagas, em Fevereiro de 1888 (cf. o nosso estudo «Pinheiro Chagas, a Virgem Vermelha e a bengala do anarquista», in *Eça de Queirós e a Geração de 70*, Lisboa, Moraes, 1980, pp. 179-203). Neste atentado, cometido à bengalada por Manuel Pinto, estavam cúmplices elementos do Grupo Comunista-Anarquista de Lisboa, com ligações com a *Revolução Social*, semanário anarquista do Porto. O abrilismo está ainda presente numa tentativa de assassinar Afonso Costa, na praia das Maças, no Verão de 1913 (cf. *Ilustração Portuguesa*, n.º 398, de 6 de Setembro de 1913). Nesta tentativa estão também implicados sindicalistas, tal como João Duarte, o operário que chefiava um dos grupos do 27 de Abril, bem como os sindicalistas Manuel Gaião e Jaime Granja. Este grupo planeava assassinar Afonso Costa no antigo Hotel Levy, naquela estância balnear perto de Sintra, de acordo com um plano preparado por João Duarte. Nesse mesmo ano de 1913 houve um outro «atentado» contra a vida de Afonso Costa, desta feita em Santarém (veja-se a caricatura que ao caso dedica *O Talassa*, n.º 23, de 8 de Agosto de 1913, p. 8, fazendo o símile entre Afonso Costa e João Franco, a propósito do «atentado» que justificou a célebre lei antianarquista de 13 de Fevereiro de 1896).

¹⁵ Veja-se *Ilustração Portuguesa*, n.º 393, de 1 de Setembro de 1913, p. 277, e *O Século* de 16 de Agosto de 1913, p. 5, e 17 do mesmo mês e ano, p. 2.

¹⁶ Além desta tentativa de assassinato, já referida na nota 14, o ano de 1913 registou outra tentativa de derrube violento das instituições por banda dos republicanos, o movimento do 20 de Julho, que *A Ilustração Portuguesa* classificava de «movimento revolucionário de carácter indefinido» (n.º 388, de 28 de Julho de 1913, p. 102), mas que, na verdade, era também de cariz republicano e sindicalista — em suma, «abrilista» também.



Secretário Soares da Rocha.
Administrador Jayme Marques.

Redacção e Administração - Rua da Barroca 131, 1.º

Composição Rua da Barroca, 131.
Impressão Rua da Bica, 76.

PREÇOS DE ASSINATURA (pagamento adiantado)

1 ano	12000 réis
6 meses	6000
3 meses	3000
15 dias	1000
5 dias	500
1 dia	100

PUBLICA-SE A'S QUARTAS E SABBADOS

Lisboa, 30 de Abril de 1913

PREÇOS DE PUBLICAÇÃO

Anuncio de 10 linhas	1000 réis
de 20 linhas	2000
de 30 linhas	3000
de 40 linhas	4000
de 50 linhas	5000
de 60 linhas	6000
de 70 linhas	7000
de 80 linhas	8000
de 90 linhas	9000
de 100 linhas	10000

Editor - C. Moreira

CAMARADINHAS, QUE GRANDE SARILHO!



—Agora é que já não percebo nada!

O Zé Povinho admirado com o facto de Afonso Costa prender talassas e republicanos.
(Desenho de Silva Monteiro em OS RIDICULOS, N.º 793, de 30 - IV - 1913)

mento de D. Manuel II com Augusta Vitória e a publicação, na Bélgica, da revista *Alma Portuguesa*, «pré-integralista». Esta rápida panorâmica do fértil ano de 1913 ficará parcialmente completa se aludirmos ainda à realização do segundo congresso sindical (Abril), o Congresso Internacional do Livre Pensamento (Outubro), a supressão, pelo Governo, da legação portuguesa no Vaticano, o que se traduz na suspensão das relações Estado/Igreja, que só em 1918 seriam reatadas, durante o consulado de Sidónio Pais. No domínio propriamente político, o ano de 1913 há-de traduzir-se, além do agudizar extremo da querela que adiante iremos referir, em três decisivas vitórias eleitorais do afonsismo: nas eleições parlamentares (suplementares), que dão vitória retumbante aos democráticos e lhes garantem maioria absoluta na Câmara dos Deputados; nas eleições municipais (Novembro), que confirmam a vitória do dia 16 desse mês, e ainda nas eleições paroquiais, que traduzem igual vaga de fundo em favor da «demagogia» (como os seus inimigos em breve hão-de designar o regime e o partido afonsistas). No domínio governamental assinala-se, por fim, a criação do Ministério da Instrução Pública (confiado a António Joaquim de Sousa Júnior, um dos muitos «adesivos» que pejavam o partido afonsista de monárquicos convertidos ao novo regime)¹⁷. No plano financeiro, em meados de 1913, Afonso Costa apresentaria, pela primeira vez desde a instauração da República, um relatório com a gerência de 1912-13 anunciando um *superavit*, esse tão discutido *superavit* que se prestou a tantas troças e caricaturas n'Os *Ridículos* ou n'O *Talassa*¹⁸... No plano legislativo assinalamos ainda a lei eleitoral (que não reconhece direito de voto às mulheres, aos padres e aos militares), o Código das Execuções Fiscais, o Código da Contribuição Predial, a lei sobre as rendas de casa. Por fim recorde-se que, na recém-criada Faculdade de Direito de Lisboa, o próprio chefe do Governo é eleito director (20 de Dezembro). Em Janeiro de 1914 é apresentado o orçamento elaborado por Afonso Costa,

¹⁷ Eis o elenco do primeiro Gabinete afonsista: presidente do Ministério, Afonso Costa; Interior, Rodrigo Rodrigues; Justiça, Álvaro de Castro; Finanças, Afonso Costa; Guerra, Pereira Bastos; Marinha, Freitas Ribeiro; Negócios Estrangeiros, António Macieira; Fomento, António Maria da Silva; Colónias, Almeida Ribeiro; Instrução Pública, Sousa Júnior. Este último fora monárquico convicto antes do 5 de Outubro, de modo que a sua entrada para o recém-criado Ministério da Instrução provocou a ira dos monárquicos, como o atestam as caricaturas que *O Talassa* lhe dedica (n.º 20, de 18 de Julho de 1913, pp. 4-5; n.º 21, de 25 do mesmo mês e ano, p. 3). Nas eleições suplementares desse ano entrou para senador o célebre almirante Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, que chefiara o primeiro Governo após a morte de D. Carlos e a subida ao trono de D. Manuel II, o que lhe valeu também ser farpeado pelos jornais satíricos, sobretudo *Os Ridículos*, *O Talassa* e, em 1914, *O Papagaio Real*; veja-se, v. g., n'O *Talassa*, a cruel alusão de J. Colaço aos disparos da Polícia contra os republicanos, nas célebres eleições do 5 de Abril de 1908, em plena «acalmação» amaralina (n.º 35, de 21 de Novembro de 1913, p. 3; no n.º 38, desenho sobre o «eleito de Alcobaça», o almirante Ferreira do Amaral, p. 1). Veja-se ainda *O Século Cómico*, n.º 820, de 20 de Abril de 1913, p. 1.

¹⁸ Veja-se *Os Ridículos*, n.º 814 (de 12 de Julho de 1913: o Zé-Povinho hipnotizado por Afonso Costa, que o força a aceitar o alegado *superavit*); *O Talassa*, n.º 18 (de 4 de Julho de 1913: «Jogos malabares» de Afonso Costa, desenho de Alonso); n.º 25 (de 22 de Agosto de 1913, pp. 4-5: «Alpinismo perigoso», de J. Colaço); n.º 40 (de 26 de Dezembro de 1913, desenho representando o monumento a Eça modificado de modo que o Zé tome o lugar da mulher e Afonso Costa o do romancista; legenda: «Sob a nudez forte da miséria, o manto mentiroso do *superavit*...»).

orçamento para 1914-15, que apresentava *superavit*. A 25 de Janeiro, sentindo-se desautorizado por Manuel de Arriaga, Afonso Costa pedia a demissão; no dia seguinte davam-se manifestações e contramanifestações em torno da sua permanência no poder; por fim, a 9 de Fevereiro, Bernardino Machado formava o quinto ministério constitucional do novo regime.

1. *TERRA LIVRE: ANARQUISTA MA NON TROPPO*

O semanário anarquista *Terra Livre* surge pela primeira vez a 13 de Fevereiro de 1913, numa quinta-feira, tendo como director o antigo estudante libertário que, expulso da Universidade de Coimbra durante a conturbada greve académica em pleno regime franquista, em 1907, enveredaria então pelo jornalismo, ao qual ficaria fiel até ao fim da vida — António Tomás Pinto Quartim¹⁹. O semanário tinha o formato de

¹⁹ António Tomás Pinto Quartim nasceu no Rio de Janeiro, em 15 de Janeiro de 1887, filho dum português e duma brasileira, vindo a falecer em Lisboa, em 7 de Fevereiro de 1970; veio muito novo para Portugal, matriculou-se na Faculdade de Direito em Coimbra, em 1905; foi um dos dirigentes da célebre greve académica de 1907, juntamente com outros libertários, entre os quais Campos Lima. Expulso da Universidade, ingressou no jornalismo, entrando para *O Século*. Funda e dirige, em 1908, *O Protesto* (cf. nota 12), que termina em 1909, chefiando também um efémero *Amanhã* (1909). Publica em 1908 um folheto intitulado *Libertai-Vos!*, com a dedicatória seguinte:

Para que [as mulheres] venham unir-se a esta legião aventureira e audaz que caminha, sofrendo e cantando, para um mundo novo exuberante de amor e de justiça, do coração dedica o Autor.

Pinto Quartim publicara já dois folhetos, *Vítimas da Guerra* (conto antimilitarista, Tipografia da Praça da Alegria, Lisboa, 1906) e *Mocidade, Vive!* (Livreria Clássica Editora, 1907), assim como *Eu e a Questão Universitária* (Livreria Clássica Editora, s. d.). Escreveria ainda outros folhetos (*Falar É Semear, O Sindicalismo e os Intelectuais, Ao Trabalhador Diferente*) e ainda algumas obras de ficção e teatro: *Mulheres* (peça em 1 acto, s. d. n. l.), *Trezentos Contos* (sátira em 4 quadros, Luanda, 1934), *A Lenda e o Processo do Estranho Caso Pauling* (novela, Luanda, 1935); traduziu obras de E. Reclus (*Ao Meu Irmão Camponês*, Lisboa, 1908), J. Cuenca (*Como não Ser Anarquista*, Lisboa, 1909) e D. Elmassian (Lisboa, 1909). Em 1913 reaparece à frente dum semanário anarquista que é publicado desde Janeiro desse ano pelo confrade português *A Aurora*; no n.º 128, de 5 de Janeiro de 1913, *A Aurora* anuncia na sua p. 4:

A aparecer brevemente / *Terra Livre*, / semanário anarquista de Lisboa. Órgão de luta sindical e económica. Tribuna amplamente aberta às reivindicações dos trabalhadores. — Análise e comentários dos factos capitais da vida política e social portuguesa. — Desenvolvido noticiário do movimento operário internacional. — Desenhos e caricaturas demolidoras. [...]

E refere o corpo redactorial do futuro confrade lisboeta: Carlos Rates, Sobral de Campos, António Alves Pereira (que era, aliás, o redactor principal d'*A Aurora*), Araújo Pereira, Bernardo de Sá, Campos Lima, Clemente Vieira de Campos, Emílio Costa, J. Benedy, etc. Este anúncio é repetido no n.º 130, de 19 de Janeiro de 1913; no n.º 133, de 9 de Fevereiro de 1913, na p. 4, o anúncio é acompanhado de um desenho: uma mulher com um archote na mão, algemas partidas na outra, ilumina o mundo, enquanto um trabalhador, picareta ao lado, lê *Terra Livre* («A sair no dia 13 de Fevereiro»).

O Trabalhador Rural, de Évora, assinala na primeira página do seu número de 4 de Março de 1913 a publicação de *Terra Livre*, «este semanário que era tão

36,8 × 8,26 centímetros, era composto em oito páginas, em bom papel, e custava 20 réis, o que constituía um óbice, na medida em que tal preço era o dobro do de um semanário como *Os Ridículos* ou *O Sindicalista*. Por exemplo, os jornais *O Século*, *O Dia*, *A Capital*, *O Mundo* e *República* custavam também 10 réis (1 centavo; foi precisamente em 1913 que a reforma monetária planeada por José Relvas em 1911 entrou em efectivo funcionamento). *O Século Cómico*, suplemento humorístico d'*O Século* — que utilizava a cor —, custava 20 réis em 1913. Note-se que este custo elevado, aliás compreensível se tomarmos em conta o esmero gráfico deste semanário anarquista e a qualidade do seu papel, foi invocado pela própria *Terra Livre*, aliás de modo algo absurdo e contraproducente no tocante aos seus fins libertários, para se defender da acusação de que seria um periódico extremista ou violentista: defendendo-se da acusação de fazer propaganda de violências e de instigar os sindicalistas à revolta, o semanário publica no n.º 19, de 19 de Junho de 1913 — ou seja, nove dias depois do atentado bombista que serviu de pretexto para a prisão do seu director, Pinto Quartim —, um curioso artigo intitulado «Perseguição à *Terra Livre*», onde se pode ler, entre outros inábeis argumentos, os seguintes:

A acusação feita à *Terra Livre* é improcedente. Nunca se publicou em língua portuguesa um jornal anarquista tão correcto e tão moderado. Isso tem sido reconhecido por toda a gente, apenas com a diferença de que, enquanto uns nos elogiam por essa orientação, outros nos censuram.

Terra Livre nunca foi um jornal violento, iconoclasta, desorientador e fomentador da desordem, da rebelião; antes o seu corpo redactorial, com o concurso dos seus colaboradores, tem procurado torná-lo tanto quanto possível educador e construtor do futuro. [...]

Terra Livre tem como assinantes e assíduos leitores deputados e senadores, altos funcionários, militares e autoridades administrativas, alguns dos quais têm tido ocasião de nos manifestar pessoalmente o agrado que lhes desperta a leitura do nosso jornal. Ora essa simpatia evidentemente que só tem a justificar a nossa conduta serena, a nossa crítica elevada, honesta e raciocinada.

Nunca aqui se fez propaganda da violência. [...]

A tiragem de *Terra Livre* é de 3500 exemplares. Desprezando 500 que se inutilizam nas sobras enviadas pelos agentes, das tabacarias e da venda na rua, que se permutam com os jornais portugueses e estrangeiros e que ficam na administração sem serem vendidos, restam

ansiosamente esperado», e acrescenta que foram muito apreciadas as «Geórgicas», de Neno Vasco. «É um bom jornal que todos os camaradas devem ler.»

Expulso por dez anos para o Brasil, Pinto Quartim volta dois anos volvidos, regressa à redacção d'*O Século*, colabora n'*A Batalha* (fundado em 1919), dirige o *Última Hora* e o *Actualidade*, colabora ainda n'*A Aurora* (1917), n'*O Movimento Operário* (1917-18), n'*A Pátria* (1920), n'*A Tarde* (1923), n'*A Província de Angola* (Luanda, 1930-36), n'*O Planalto* (Nova Lisboa, 1930-36), n'*O Primeiro de Janeiro* (Porto, 1936), etc. Chefiou a redacção lisboeta deste último. Viveu em Angola alguns anos, de 1930 a 1936. Veja-se o catálogo *Exposição de Documentos do Espólio de Pinto Quartim Integrada no Seminário O MOVIMENTO OPERÁRIO EM PORTUGAL Organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais* (folheto de 8 páginas, com alguns elementos biográficos sobre Pinto Quartim, por Maria Filomena Mónica, pp. II-VI).

três mil que se vendem. Desses três mil, 1800 são vendidos na província, Ilhas, África, Brasil e outros países, sendo apenas os restantes, 1200 exemplares, vendidos em Lisboa, dos quais 300 são de assinaturas de Lisboa e arredores e 900 de venda avulsa. Ora sucede que estes 900 exemplares são, na sua maior parte, comprados pela *classe burguesa*, por *estudantes e empregados de comércio*, como se conclui pela qualidade das tabacarias onde eles são procurados. Por consequência, apenas uma pequena percentagem da tiragem de *Terra Livre* é comprada por *operários da capital*, e esses, como dissemos, são os mais conscientes, os inteligentes, os estudiosos, incapazes de terem sequer pensado, quanto mais praticado ou aconselhado a praticar, o acto de 10 do corrente.

Terra Livre, pois, não podia ter influído no *atentado* que se praticou na Rua do Carmo, já pela sua orientação e doutrinas, já pela *pouca circulação que tem entre a massa operária*²⁰.

Surpreendente demonstração por parte de um semanário anarquista que se quer influente nos meios operários, paradoxal posição de sindicalistas libertários que preferem ser lidos pela burguesia!... A verdade é que, mesmo tomando como infeliz a argumentação aduzida, o tom doutrinário geral de *Terra Livre* o afasta, com efeito, da imprensa proletária da altura, sobretudo d'*O Sindicalista*, de Alexandre Vieira, semanário criado em 1910 e com o qual *Terra Livre* terá uma significativa polémica a propósito das teses sobre a auto-suficiência do sindicalismo²¹. A própria *Terra Livre*, depois de lembrar que se dirigia de preferência a «operários mais ou menos conscientes, mais ou menos ilustrados, os inteligentes, os estudiosos»²² — estranho elitismo mandarinesco por parte de libertários! —, se mostrava chocada com os cabeçalhos espalhafatosos e demagógicos da *Alvorada*²³ — ou com a «linguagem despejada»

²⁰ Artigo «Perseguição à *Terra Livre*», in *Terra Livre*, n.º 19, de 19 de Junho de 1913, pp. 4-5. Os itálicos são nossos, com excepção da palavra *atentado*, já em itálico no original.

²¹ Artigos de *Terra Livre* sobre a questão do sindicalismo (em polémica com Manuel Ribeiro, este escrevendo n'*O Sindicalista*): Emílio Costa, «Sindicalistas e anarquistas», n.º 1, p. 2; Campos Lima, «Sindicalismo e anarquismo», n.º 4, p. 3; Adolfo Lima, «Sindicalismo e anarquismo», n.º 5, pp. 2-3; n.º 6, pp. 2-3; n.º 11, pp. 2-3; n.º 12, p. 6; anónimo, «Sindicalistas e anarquistas», n.º 3, p. 1; anónimo, «Um inquérito», n.º 3, p. 2 (convidando os camaradas a discutirem o assunto em polémica). Quanto a Manuel Ribeiro, os seus artigos n'*O Sindicalista* foram incluídos no seu livro *Na Linha de Fogo. Crónicas Subversivas*, Lisboa, Empresa Editora Popular, 1920, pp. 21-33.

²² Artigo «Perseguição à *Terra Livre*», in *Terra Livre*, n.º 19, p. 5.

²³ O semanário lisboeta *A Alvorada* (com cabeçalho desenhado por Stuart de Carvalhais) era uma «folha semanal independente» de que foi director, proprietário e editor uma figura estranha, o advogado Mário Monteiro (nome completo: Fortunato Mário Monteiro de Figueiredo), um dos implicados no 27 de Abril; era violentamente anti-republicano, embora se reclamasse da pureza do 5 de Outubro; a folha aparece pela primeira vez em 12 de Fevereiro de 1912 e move guerra implacável a todos os republicanos, inclusive a Machado Santos, que é alvo de uma campanha de calúnias tendente a retirar-lhe a glória de ser o herói da Rotunda, em proveito de um tal tenente Carmo; cf. as cartas a Machado Santos, n.º 7 (de 26 de Março de 1912), n.º 9 (de 9 de Abril de 1912), n.º 10 (de 16 de Abril de 1912), n.º 11 (de 23 de Abril de 1912), n.º 13 (de 7 de Maio de 1912), n.º 14 (de 14 de Maio de 1912), n.º 15 (de 21 de Maio de 1912), etc. Curiosamente, o semanário, que usa subtítulos tirados a *O Mundo* da fase antifranquista e antimonárquica

d'O Mundo, o órgão afonsista²⁴... Seja como for, desde já podemos reter que *Terra Livre* se quer conscientemente como um semanário moderado, visando até estratos burgueses (estudantes, empregados do comércio, pessoal político e dirigente, militares e classe administrativa...), procurando de preferência os operários cultos, estudiosos, numa palavra, *conscientes*... Se o compararmos com *O Sindicalista*, de Alexandre Vieira, o contraste revela-se como manifesto, cortante: o semanário, que fica no n.º 80 dessa Rua das Gáveas onde funciona, no n.º 55, a *Terra Livre* (esta no 1.º andar, aquele no 3.º) e que se auto-intitula «Semanário defensor da classe operária», tem um estilo agressivo, que lhe vem desde o primeiro número, saído em 13 de Novembro de 1910, e que se manterá até ao derradeiro, em 1916²⁵. A diferença entre estes dois semanários pode também resu-

(sobretudo dos últimos anos da Monarquia), assimilando as violentas acusações do jornal de França Borges às mesmas que, em 1912 e 1913, podiam ser feitas aos governos da República, curiosamente, dizíamos, este órgão claramente talassa e provocatório vinha pedindo, desde o seu primeiro número, que a República fosse a jovem bela e generosa do 5 de Outubro, e não essa «espécie de colareja de navalha na liga, dizendo obscenidades, insultando todos, numa voz roufenha e avinhada, mulher de vida fácil que se entrega nos braços de meia dúzia de homens, enquanto a outra, a verdadeira República, implantada nas horas quentes da Revolução, é jovem, bela, generosa, leal, desinteressada, cheia de sentimentos nobres» (n.º 1, de 12 de Fevereiro de 1912); no final destes cabeçalhos, uma caricatura significativa: «Liberdade, Igualdade e Fraternidade» traduziam-se, na prática, por um homem preso (*Liberdade*), uma mendiga a pedir esmola a uma mulher rica (*Igualdade*) e a Polícia a carregar sobre manifestantes (*Fraternidade*). No n.º 9, de 9 de Abril de 1912, pede-se «República sim! Mas República verdadeira que nos sirva de degrau seguro para avançar e conquistar um futuro social que nos conceda mais sólidas garantias» (do cabeçalho). O último número existente na Biblioteca Nacional é o n.º 54, de 23 de Fevereiro de 1913. No n.º 50, de 26 de Janeiro de 1913, lê-se em enormes parangonas: «O NOVO MESSIAS!» (seguidas de subtítulos tirados d'O Mundo, na fase antifranquista. No n.º 4 de *Terra Livre*, de 6 de Março de 1913, a suspensão d'*A Alvorada* é referida; o semanário anarquista receia que em breve se sigam — como de facto veio a acontecer — no rol da imprensa condenada jornais como *O Sindicalista* e *Os Ridículos*. E acrescenta: «Consignemos desde já que nenhuma espécie de solidariedade temos, ou queremos ter, com o jornal apreendido.» E adiante: «Repetimos que nenhuma espécie de solidariedade temos ou queremos ter com a obra que fazia *A Alvorada*» (artigo «Liberdade de imprensa», n.º 4, p. 1). Depois, em Maio, referia-se às apreensões de que ela mesma foi vítima, bem como as que atingiram *O Sindicalista*, *Revolta*, *Cambada* e *Revolucionário* («*Terra Livre* apreendida. Porque seria?», n.º 14, de 15 de Maio de 1913); no n.º 19, de 19 de Junho de 1913, referindo a prisão de Pinto Quartim, *Terra Livre* compara-se com *A Alvorada* e diz que não tem, por exemplo, as «en-têtes espalhafatosas e descambilhadas d'*A Alvorada* nem o sectarismo e a linguagem despejada d'O Mundo» (p. 5). Um dos elementos procurados depois do fracasso da revolução do 27 de Abril foi precisamente o director e proprietário d'*A Alvorada*, Mário Monteiro, que se pôs então em fuga para o Brasil. Esta ligação ao abrilismo de um elemento tido como afecto à causa da realeza serviu também aos democráticos para caluniarem, uma vez mais, os sindicalistas, dizendo-os ligados às intencional monárquicas. Mário Monteiro fugiu nessa altura de Portugal (cf. *Ilustração Portuguesa*, n.º 377, de 12 de Maio de 1913, p. 600: retrato de Mário Monteiro). *O Século* de 11 de Agosto de 1913 publica na p. 2 uma notícia intitulada «Que parelha! Homem Cristo Filho e Mário Monteiro andam pelo Brasil difamando a República portuguesa», referindo que Monteiro fizera no Teatro Carlos Gomes, do Rio, uma conferência monárquica, sendo «acremeamente invectivado por muitos que lá estavam».

²⁴ Artigo «Perseguição à *Terra Livre*», in *loc. cit.*

²⁵ Sobre este semanário veja-se o artigo «*O Sindicalista*. A breve história de um semanário da classe trabalhadora (1910-1916)», de J. F. Moreira da Cunha, revista

mir-se àquela que há entre os seus principais animadores, Alexandre Vieira ²⁶ e Pinto Quartim. Uma simples leitura dos números coevos dos dois semanários dá-nos efectivo testemunho da tersa virilidade da linguagem d'*O Sindicalista*, em contraste com um certo moderantismo filosofante da *Terra Livre*. Veja-se, por exemplo, o modo brusco e resoluto dos ataques a Afonso Costa no número de 13 de Maio desse ano ²⁷. Jornal

História, n.º 9, de Julho de 1979, pp. 65-70. Veja-se Alexandre Vieira, *Para a História*, cit., pp. 45 e segs.

²⁶ Alexandre Vieira (1880-1973) fundou em 1908 o primeiro diário sindicalista, *A Greve*, e dirigiu *O Sindicalista*, *O Movimento Operário* e, a partir de 1919, *A Batalha*, órgão da CGT.

²⁷ *O Sindicalista*, n.º 127, de 13 de Maio de 1913, com o cabeçalho a toda a largura: «Dorme-se ou quê?» Na p. 2 cf. o artigo «*O Sindicalista* e o Governo». No n.º 128, o cabeçalho: «Povo! Defende-te!» Subtítulo: «Prudentes, sim. Cobardes, nunca!» No n.º 129, de 22 de Junho de 1913, cabeçalho: «Não confundam! Não confundam!» E os seguintes subtítulos:

A propaganda dos sindicalistas conscientes, se tem por objectivo, como não podia deixar de ser, a magna questão económica, tem tendido simultaneamente ao desenvolvimento da mentalidade operária, para que cada trabalhador se habitue a pensar pela própria cabeça, não se deixando suggestionar pelas palavras de quem quer que seja.

Sempre os militantes sindicalistas têm dito ao proletariado que é indispensável que este caminhe pelo seu próprio pé, obedecendo ao que se chama a vontade — uma vontade orientada —, e não a entusiasmos de momento.

Quem compulsar a colecção deste jornal aí encontrará a prova de que não estamos fazendo uma afirmação inexacta.

O chefe do Governo, porém, e a sua odienta camarilha, esquecendo-se que foram os caudilhos republicanos que, na sua propaganda, mais iludiram o povo, prometendo-lhe mentirosamente uma República que sabiam não poder dar-lhe, afirmam agora o contrário, como se alguma vez os militantes sindicalistas pensassem vir a ser... governo.

É que é necessário desorientar a multidão para que esta não castigue os traidores e, à vontade, os deixe praticar todas as violências.

Segue-se um artigo informando que a redacção e a administração d'*O Sindicalista* se encontram no Limoeiro e, ainda na primeira página, um artigo intitulado «Nós e o atentado», onde se nega que «aquela malfadada bomba na Rua Nova do Carmo» fosse lançada por alguém que pertencesse a «partidos avançados», acrescentando que os sindicalistas condenam o «acto brutal, cujas consequências, sendo naturalmente nocivas ao seu autor [...], são simultaneamente inglórias para o ideal ou partido a que aquele pertença». E lembra que o sindicalismo só usa da violência contra a violência, pois acção directa não pode significar violência sistemática. E pergunta:

Será crível que a bomba lançada na Rua Nova do Carmo tenha sido lançada para a multidão pela mão de um operário?

É porventura admissível que um proletário como nós houvesse tido a inacreditável ideia de atirar, ao meio de irmãos de labuta, uns explosivos daquela natureza, sabendo previamente que levaria a morte a alguns camaradas seus e a dor ao coração de tantos inocentes? Não! Não acreditamos!

E insistia em que o «lançamento do petardo só aproveitou ao Governo e aos seus partidários e a mais ninguém», pelo que a bomba da Rua Nova do Carmo «foi de facto uma bomba providencial para o Sr. Afonso Costa e os seus lacaios, mas especialmente para aquele, que assim teve ocasião de pôr comodamente em prática algumas novas violências contra a organização sindicalista e vários dos seus militantes, parte das quais, se não todas, há muito estavam certamente planeadas». Na p. 2 desse mesmo número pede-se que o caso seja esclarecido: «Acabe-se com o mistério! Reclamamos luz, muita luz!» Na p. 3, a dissolução da Casa Sindical é verberada (Decreto de 13 de Junho de 1913, assinado por Rodrigo Rodrigues). Outros artigos d'*O Sindicalista* sobre o caso do atentado e a prisão de sindicalistas

feito exclusivamente por activistas sindicais, tendo como redactor principal um dos dirigentes máximos do movimento operário português, o fundador, em 1908, d'*A Greve*, futuro dirigente do *Movimento Operário* e sobretudo d'*A Batalha* (1919) — o tipógrafo Alexandre Vieira, cuja vida é inseparável do percurso do sindicalismo luso durante várias décadas —, contando ainda no seu corpo redactorial e administrativo com homens como Bernardo de Sá, António Evaristo, Manuel Joaquim de Sousa, Manuel Ribeiro, Severino de Carvalho, etc., *O Sindicalista* ocupa, juntamente com outros émulos da época, como *A Aurora*, do Porto, lugar cimeiro e decisivo nos combates da primeira meia década do sindicalismo pós-republicano, tendo enorme impacte em certos centros industriais, como Porto, Setúbal, Aveiro e zonas alentejanas e algarvias. Irredutível crítico do novo regime implantado em 1910, desde Novembro desse ano que *O Sindicalista* denuncia a natureza de classe do novo regime, começando desde logo por uma violenta crítica ao «decreto-burla» de Brito Camacho, à Lei de 7 de Dezembro desse ano, decreto que logo no n.º 5 do novo semanário, em cabeçalhos gritantes, se garantia ser «mais reaccionário que todas as leis coercitivas nesse sentido feitas pela odiada Monarquia» (cabeçalho a toda a largura da primeira página: «Pior que na Monarquia») ²⁸. E o número de 11 de Dezembro prosseguia:

Pretendeu-se ludibriar o operariado, concedeu-se-lhe um direito do qual, afinal, não pode usar, porque a isso se opõe o recente decreto que regula o exercício da greve.

E perguntava:

Em presença da ignominiosa farsa que vem de representar-se, o que nos cumpre fazer a todos nós, salarizados?

E respondia:

Demonstrar ao Governo da República que não somos um bando de inconscientes. De todos os nossos peitos deve sair um clamoroso brado de protesto contra o decreto-burla que nos dá a ilusão de que estamos vivendo sob a tutela de João Franco ²⁹.

Estava assim dado, desde o começo do novo regime, o tom de intransigente repúdio da República burguesa. Esse tom, sobretudo, é que separa um semanário como este dum como o que, em 1913, Pinto Quartim publicará, depois de ter colaborado, ao lado de Alexandre Vieira, n'*A Greve*, de 1908. Semanário de intelectuais, com manifesto interesse por questões culturais (teatro, pintura, etc.), que a maioria dos trabalhadores da época desdenhariam por incapacidade de as compreender, *Terra Livre* surge assim, no panorama da imprensa anarquista desses anos, como uma experiência de grande interesse ideológico, mas limitada eficácia social

(entre os quais o director de *Terra Livre*): n.º 130, de 19 de Julho de 1913, artigos «Os últimos restos», «O máximo despotismo», «Ainda a explosão da bomba», «O sindicalista e o Governo», «O mentiroso-mor», «Maldade ou ignorância».

²⁸ *O Sindicalista*, n.º 5, de 11 de Dezembro de 1910, p. 1.

²⁹ *Ibid.*, id.

ou política. O atentado de 10 de Junho, fazendo recair sobre a imprensa operária os coriscos governamentais, virá pôr fim a esta experiência jornalística, ainda que ela tente sobreviver sob o efémero disfarce duma metamorfose do título perseguido pelo afonsismo.

O aspecto cultural de *Terra Livre* resulta da qualidade dos seus colaboradores, entre os quais avultam as figuras significativas de Pinto Quartim, Aurélio Quintanilha, José Benedy, Campos Lima, Adolfo Lima, Emílio Costa e, sobretudo, Neno Vasco. Este último, pseudónimo de Nazianzeno de Vasconcelos³⁰, colaborador de diversos jornais anarquistas portugueses e brasileiros, formara-se em Direito na Universidade de Coimbra e publicara nas páginas de *Terra Livre* uma série de crónicas acerca da condição camponesa intituladas *Geórgicas*, reunidas em volumezinho. Publicara as interessantes crónicas enviadas para o país de Vera Cruz, intituladas *Da Porta da Europa*, um dos volumes mais valiosos do pensamento libertário português nos começos da República³¹. Outro escritor anarquista que, sendo sobretudo colaborador d'*O Sindicalista*, esteve ligado também a *Terra Livre* foi o alentejano Manuel Ribeiro, o futuro e talentoso romancista d'*A Catedral*, d'*O Deserto* e d'*A Planície Heróica*³². No sector mais jovem, lembremos o nome de Aurélio Quintanilha, então

³⁰ Neno Vasco — isto é, Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos — nasceu em Penafiel, em 1878, falecendo perto do Porto, em Setembro de 1920; visitou o Brasil quando criança, formou-se em Direito em Coimbra, colaborou em jornais anarquistas, como o *Amigo do Povo*, *Aurora* e *Terra Livre*, etc. Neno Vasco foi, «além de escritor primoroso, [...] um filólogo distinto» (Alexandre Vieira, *Figuras Gradadas*, cit., p. 194). Correspondente dum jornal brasileiro, Neno Vasco reuniu no livro *Da Porta da Europa* alguns dos seus melhores ensaios sobre as relações entre o movimento sindical e o novo regime português; este livro foi abundantemente referido por *Terra Livre*, no n.º 5 (p. 6), n.º 19 (p. 8), etc. Em *Terra Livre* publicou Neno Vasco as suas «Geórgicas» (n.º 1, p. 7; n.º 3, p. 3; n.º 4, p. 4; etc.), cartas aos trabalhadores rurais e que foram depois reunidas numa brochura publicada por *Terra Livre* (cf. n.º 12, p. 8). No n.º 16 (de 29 de Maio de 1913, p. 4) noticia-se que as *Geórgicas*, de Neno Vasco, teriam sido apreendidas em Sines: o administrador do concelho teria retirado esses livros da vivenda do agente de *Terra Livre* naquela vila portuária do Alentejo. Neno Vasco colaborou ainda em *Terra Livre*, no n.º 5, p. 2; a sua carta a Kropotkine é publicada no n.º 1. Neno Vasco escreveu ainda o livro *A Concepção Anarquista do Sindicalismo* (1919). Colaborou n'*A Batalha*, desde a criação deste órgão da CGT. Segundo nos contou Aurélio Quintanilha, em longa entrevista gravada que nos concedeu a 26 de Março de 1981, Neno Vasco deixou-se morrer tuberculoso juntamente com uma mulher que adorava.

³¹ Veja-se Neno Vasco, *Da Porta da Europa. Factos e Ideias, 1911-1912*, Lisboa, Tipografia Renascença, 1913, 288 pp. Vide *maxime*: pp. 137-148 (a greve geral de 1912) e pp. 236-238 (Monarquia, República, sindicalismo).

³² Manuel António Ribeiro nasceu em Albernoa, perto de Beja, em 1878, e faleceu em Lisboa, em 27 de Novembro de 1941. Empregado da CP, foi demitido por se ter solidarizado com uma greve dos caminhos-de-ferro. Colaborou n'*O Sindicalista* e, mais tarde, n'*A Batalha*. Apesar da sua conversão ao catolicismo e do seu pendor místico, revelado em diversos romances (*A Catedral*, 1920; *O Deserto*, 1922; *Ressurreição*, 1923; *Colina Sagrada*, 1925; *A Planície Heróica*, 1927; *Os Vínculos Eternos*, 1929; *A Verdade dos Anjos*, 1926; *Batalha nas Sombras*, 1928; *Sarça Ardente*, 1942, etc.), nunca traiu o sindicalismo nem se afastou substancialmente do seu credo primitivo, como o assegura Alexandre Vieira (*Para a História*, cit., nota da p. 65). Quanto ao seu ideário, note-se que, no seu livro *Novos Horizontes. Democracia Cristã* (Lisboa, Livraria Editora Guimarães, s. d., talvez 1930), Manuel Ribeiro condena o fascismo italiano (pp. 113 e segs.). O seu livro *Na Linha de Fogo* foi dedicado a Alexandre Vieira.

estudante de Medicina, autor de vários artigos saídos em *Terra Livre* ³³. Outros colaboradores deste semanário: Sobral de Campos, Costa Júnior, Gaspar Santos, José Carlos de Sousa, Emílio Costa, José Benedy, Adolfo Lima, Campos Lima, Carlos Rates, etc. ³⁴. Quanto a teóricos libertários estrangeiros citados pelo semanário de Pinto Quartim, recordemos, antes de mais, Kropotkine, cuja vinda a Portugal é solicitada por Neno Vasco,

³³ Aurélio Pereira da Silva Quintanilha nasceu em Angra do Heroísmo, em 24 de Abril de 1892, e está ainda vivo; fez os estudos liceais nos Açores, matriculou-se em Coimbra, nos preparatórios para a Escola do Exército, desistiu de seguir a carreira das armas, inscrevendo-se em Medicina em Lisboa (1912). Colaborou em *Terra Livre* com vários artigos: «Médicos e medicina» (n.º 5, pp. 4-5); «A questão do pão e o monopólio da moagem» (n.º 12, p. 6); «A questão do pão e os protestos operários» (n.º 13, p. 3). Muda-se para a Faculdade de Ciências, forma-se em 1919 e ingressa no ensino universitário, vindo a doutorar-se em 1926; foi expulso do ensino por Salazar, em 1935, juntamente com outros mestres, como Rodrigues Lapa, Fernando da Fonseca, etc. Pacifista convicto, combatera a campanha aliadófila dos democráticos, contestando as conferências intervencionistas de Leote do Rego e de António José de Almeida; em 1915 foi representar as Juventudes Sindicalistas de Portugal a um congresso pacifista internacional em El Ferrol, na Galiza; presos os delegados estrangeiros, foi posto na fronteira, mas preferiu recolher-se à Galiza, onde viveu quase um ano homiziado (entrevista inédita). Mais tarde estaria exilado em França, onde assistiu à entrada das tropas nazis, voltando então para o seu país, acabando por aceitar um lugar na Junta do Algodão em Moçambique. É hoje cidadão moçambicano.

³⁴ Sobral de Campos publica várias «Cartas a uma burguesa»; Manuel Costa Júnior escreve diversas crónicas sob o título «Os deserdados»; Gaspar Santos aborda «O neomaltusianismo» (o primeiro no n.º 3, p. 6); José Carlos de Sousa escreve «Os cancros sociais» desde o n.º 1 (isto é: os padres, os militares, a magistratura), sendo particularmente interessante o irónico artigo «A nobre carreira das armas» (n.º 11, pp. 6-7); era contabilista, tendo tirado o curso do Instituto Comercial e Industrial e leccionando línguas estrangeiras; pronunciou conferências sobre carácter educativo e sociológico na Universidade Popular Portuguesa; colaborou em muitos jornais e revistas: *O Sindicalista*, *A Comunidade*, *A Batalha*, *Educação Social*, etc.; Emílio Costa, professor do ensino secundário, tradutor de obras sobre anarquismo e sindicalismo, faleceu em Lisboa, em 7 de Julho de 1952; em *Terra Livre* publica os artigos da referida polémica com Manuel Ribeiro; José Benedy, nascido em 1866, falecido em Lisboa, a 1 de Novembro de 1951, artista gráfico, poeta e jornalista, foi um dos principais colaboradores do diário *A Greve*; Adolfo Lima, professor do ensino secundário particular em vários colégios e no Liceu de Pedro Nunes, mais tarde chefe dos serviços escolares da Sociedade A Voz do Operário, nasceu em 1874 e faleceu em 1943; escreveu *O Contrato do Trabalho*, *Pedagogia Sociológica*, *O Ensino da História*, *Educação e Ensino*; fundou e dirigiu a revista *Educação Social*, colaborando em vários jornais e revistas: *O Intransigente*, *Terra Livre*, *A Batalha*, *Germinal*, etc.; o seu nome completo era Adolfo Godfroy de Abreu e Lima; em *Terra Livre* escreve sobretudo sobre a questão anarquismo/sindicalismo; João Evangelista de Campos Lima, colega de Pinto Quartim na Faculdade de Direito de Coimbra e, como este, expulso por ocasião da célebre greve académica de 1907, sobre a qual deixou, aliás, valioso depoimento, formou-se em Direito, fez advocacia e dirigiu uma editora, as Edições Spartacus; autor de *O Regicida* (1909, poema), *O Rei* (Lisboa, 1908), *A Questão da Universidade* (1907), *O Movimento Operário em Portugal* (1910), etc.; José Carlos Rates, antigo marujo da armada, depois servente numa fábrica de conservas em Setúbal, preso por ocasião das greves de 1911, foi um dos militantes mais activos do movimento sindical português; participou nos começos do Partido Comunista Português, tendo tido papel de relevo na criação deste; acabaria por aderir ao regime saído do golpe de Estado do 28 de Maio, tornando-se colaborador do *Diário da Manhã*; dirigiu *O Comunista* (1924-25) e entrou para *O Século* em 1925; faleceu em 1945; autor de *O Problema Português*, *Os Partidos e o Operariado* (Lisboa, s. d.), *A Rússia dos Soviéticos* (1925; reed. pela Seara Nova em 1976), *Democracia e Ditaduras* (Lisboa, 1927), *A Ditadura do Proletariado* (Lisboa, 1920), *A Ditadura e o Proletariado* (Lisboa, 1920).

o que não chegaria a concretizar-se³⁵, Malato — que também escreve aos portugueses³⁶ —, Jean Grave, etc. Recordemos, por fim, a colaboração regular dum anarquista brasileiro, Astrogildo Pereira, autor das «Guanabarrinas», crónicas do Rio acerca do movimento libertário nas terras além-atlânticas³⁷. Por fim assinala-se uma curiosa iniciativa de *Terra Livre*: a organização duma exposição bibliográfica anarquista, longamente referida pelo semanário e que não deve ter chegado a concretizar-se, pois ainda no seu último número dela se falava como projecto em marcha. A ideia de reunir numa exposição livros, folhetos, jornais, revistas, manifestos, postais, estampas, etc., referentes ao movimento anarquista, lançada no n.º 14 de *Terra Livre*, parece ter tido acolhimento favorável por parte dos libertários portugueses, bem como aplauso por parte de alguns jornais da altura, entre os quais curiosamente surgem *O Intransigente*, de Machado Santos, e *O Socialista* (dois jornais que seriam aliás apreendidos ao longo deste difícil ano de 1913). No diário do fundador da Rotunda — onde, aliás, colaboravam também Carlos Rates e Campos Lima —, a ideia duma exposição bibliográfica e iconográfica anarquista é referida com carinho e entusiasmo, como a própria *Terra Livre* o salienta³⁸.

2. O REPÚDIO DA «REPÚBLICA DE FALIDOS, TRISTÍSSIMA E PELINTRA»

Terra Livre oferece ao historiador o interesse maior de documentar, num período particularmente crítico e revelador, o imenso desengano da classe trabalhadora e da sua vanguarda sindical em relação ao regime implantado em 1910. Em termos mais comedidos que os de outras publicações operárias coevas — como *O Sindicalista*, *O Socialista* ou *A Aurora*, por exemplo —, o semanário de Pinto Quartim não deixa, porém, de reflectir de modo bastante severo a condenação do conservadorismo republicano, dos limites sociais acanhados do regime saído da revolução do 5 de Outubro e, nessa medida, a incompatibilidade visceral entre a *Weltanschauung* republicana, demo-liberal, parlamentar e entranhadamente burguesa, e os ideais sociais da vanguarda anarco-sindicalista. No campo da prática, a ruptura datava de, pelo menos, dois anos antes, desde que os tiros de Setúbal tinham vindo pôr fim à boda entre a República e o operariado³⁹. O Governo afonsista e a declaração de guerra de Costa ao sindicalismo vinham liquidar de vez qualquer esperança de acordo e preparar o duelo que explicaria, por exemplo, a adesão da União Operária Nacional à revolução de Sidónio, na medida em que esta era fundamentalmente a liquidação da «demagogia» dos «formigas». O ano de 1913,

³⁵ Veja-se o artigo «Kropotkine em Lisboa?», in *Terra Livre*, n.º 1, pp. 4-5.

³⁶ Veja-se *Terra Livre*, n.º 16 (p. 4), 19 (p. 5), 21 (p. 6), etc.

³⁷ O correspondente carioca Astrogildo Pereira publica quatro «Guanabarrinas» em *Terra Livre*: n.º 12, 14, 20 e 22; foca-se nelas sobretudo o movimento anarquista no Brasil, criticando-se as «repúblicas burguesas», como o Brasil ou os Estados Unidos da América do Norte; no n.º 12, p. 9, *Terra Livre* publica uma foto de três propagandistas libertários (Cândido Costa, Máximo Suarez e Ulisses Martins; o penúltimo era um jornalista espanhol, os outros brasileiros) e dum comício anarquista no Rio de Janeiro, p. 5.

³⁸ Veja-se *Terra Livre*, n.º 16, p. 4.

³⁹ Sobre este assunto veja-se o nosso artigo «Setúbal e o drama da I República», in *Diário de Notícias* de 8 de Julho de 1980.

com os seus sobressaltos, as suas bombas e as suas intencionas, resumiria assim todo o drama destes afrontamentos político-sociais entre republicanos aparentemente radicais, no fundo demagógicos, e operários desiludidos com as promessas dos «gloriosos caudilhos», como diria sarcasticamente a *Terra Livre* ao evocar os tempos da propaganda⁴⁰, agora tão longínquos, apesar de só terem passado dois anos sobre a instauração dessa República, esperada como uma nova era de justiça e fraternidade:

Já foi há muito tempo, não é verdade? Já lá vão muitos anos (dez, vinte ou trinta) sobre a época em que os gloriosos caudilhos por aí andaram pelo país inteiro, na sua cruzada de liberdade e de amor? Já passou muito tempo depois dessa propaganda activa, aturada, feita pelo jornal, pela conferência e pelo comício, em que ao povo trabalhador das cidades e dos campos se anunciava a vida desafogada e sem impostos, se lhe prometiam as leis liberalíssimas, a instrução bem ministrada e para todos, a liberdade plenamente garantida? Já lá vai muito tempo, não é verdade?

A deusa República era de gesso e tinha o pedestal de barro; e eles, os gloriosos caudilhos, bem o sabiam. Mas, se a mostrassem assim ao povo que a havia de erguer sobre esse pedestal, o povo, não encontrando nela beleza nem nada de útil ou respeitável, não a ergueria. Era necessário doirá-la e eles doiraram-na com as suas imagens de retórica florida, mentindo à sinceridade, à ingenuidade e ignorância dos que os ouviam e os liam com entusiasmo.

E o povo ergueu o gesso inútil e mal moldado sobre o barro sujo do pedestal.

Mas isso foi há muito tempo, não é verdade?, que eles, os caudilhos, já claramente mostraram a deusa como ela é na realidade, como ela sempre foi e eles não quiseram mostrar. [...] Foi um conto de vigário habilidoso...

Foi isto há muito tempo, não é verdade? [...] Mas não, não foi há muitos anos. Pouco mais de dois anos passaram sobre a implantação da República. Apenas este tempo. E, desde então para cá, não têm conta as provas de incompetência, os actos criminosos, as violências, as arbitrariedades — a negação completa, total, de tudo o que se andou apregoando aos quatro ventos, dum extremo ao outro do País.

É isso que espanta: é que foi cedo.

Faliram pela inteligência porque a cada passo mostram a sua curteza de vistas, a sua pequenez. Faliram pelo saber porque nada têm feito de útil, mostrando a toda a hora o raquitismo dos seus conhecimentos, o vazio das suas cabeças. E faliram ainda pela moralidade, praticando todas as arbitrariedades, fazendo todos os processos, sem escolha, com o mais absoluto impudor.

Faliram.

[...]

O que se tem feito nestes dois anos de República ao operariado que se organiza está bem patente no espírito de todos. As greves de Janeiro [de 1912], a dos eléctricos, as de Setúbal, Coruche, Portimão e muitas outras bem o acusam. Foi sempre a repressão sangrenta,

⁴⁰ Cf. *Terra Livre*, n.º 1, artigo «Em favor dos presos por questões sociais», p. 5; este artigo, não assinado, deve ser de autoria de Pinto Quartim.

foi sempre a força bruta e desvairada que os governantes empregaram. A violência e a calúnia — as duas grandes armas de que se têm servido até hoje os geniais estadistas da República, os dois grandes meios de resolver superiormente, com a maior inteligência e muito saber, os conflitos do trabalho...

Perseguem-se os militantes, encerram-se as associações, não se reconhecem outras, demoram-se os estatutos que vêm para ser aprovados; apreendem-se folhetos editados segundo a lei e à venda nas livrarias, proíbem-se reuniões para cuja realização se cumpriram as prescrições legais, forjam-se leis de excepção, efectuam-se prisões a esmo e mantêm-se meses seguidos sem que aos presos se forme culpa.

É este o quadro admirável que nos fornecem estes dois anos de República no que respeita às ideias avançadas, que nada há que faça parar na sua marcha fatalíssima ⁴¹.

Este artigo, muito provavelmente da pena de Pinto Quartim, ilustra de modo exemplar — e logo no primeiro número do semanário — o que tinha sido — e ainda o que viria a ser — o teor das relações entre os dirigentes republicanos e as classes trabalhadoras portuguesas. Referindo casos clamorosos sucedidos em 1911 e 1912, desde grevistas espingardeados a publicações apreendidas, passando por brutalidades e sevícias exercidas sobre pessoas e organizações sindicais — pense-se no aparatoso e agressivo assalto à Casa Sindical, em fins de Janeiro de 1912, durante o Governo Augusto de Vasconcelos —, *Terra Livre* lembra tão-só os casos mais célebres dum conflito social e político que o tempo não faria esbater, antes agudizaria, mau grado a ingénua trégua dos começos do sidonismo — conflito que precisamente se iria agravar de modo drástico neste mesmo ano terrível de 1913, graças aos movimentos do 27 de Abril e do 20 de Julho e, sobretudo, ao atentado cometido durante o cortejo do dia 10 de Junho. A importância desses factos exige que nos debruçemos sobre eles, evocando a atitude de *Terra Livre* em relação a eles, mormente no tocante ao último, já que a criminosa bomba da Rua Nova do Carmo serviria ao Governo de pretexto para fazer abater sobre o semanário de Pinto Quartim a repressão que este vinha denunciando desde o primeiro número e que o levaria ainda a escrever um dos textos mais severos sobre a falência da I República, um desses textos que só tem equivalente na prosa dum Manuel Ribeiro n' *O Sindicalista*, em 1913 ⁴², dum Joaquim Madureira n' *O Intransigente*, em 1911 ⁴³, ou dum Neno Vasco, numa das suas crónicas para o Brasil, incluída no livro *Da Porta da Europa* ⁴⁴: o artigo não assinado «Em pleno pânico», saído no n.º 12 de *Terra Livre*, no Primeiro de Maio de 1913 ⁴⁵. Cerca de quarenta dias depois, a propósito da bomba lançada sobre o cortejo camoniano das festas cidadinas, a «República de falidos, tristíssima e pelintra — pelintra de coração, pelintra de inteligência, pelintra de dinheiro e, por tudo isso, tristíssima»,

⁴¹ Cf. *Terra Livre*, n.º 1, artigo «Em favor dos presos por questões sociais», p. 5.

⁴² Veja-se Manuel Ribeiro, «A propósito dum hino», in *Na Linha de Fogo*, pp. 17-19 (artigo escrito em 1913).

⁴³ Veja-se Joaquim Madureira (Brás Burity), *Na «Fermosa Estrivaria»*, *Notas Dum Diário Subversivo*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, pp. 30-32.

⁴⁴ Veja-se, sobre este livro, a nota 31.

⁴⁵ Cf. «Em pleno pânico», in *Terra Livre*, n.º 12, p. 1.

mostraria que, sempre que aparecia uma dificuldade, não a procurava resolver com «o esforço cerebral», continuava o artigo, «com serenidade, coração e sabedoria», antes utilizava métodos próprios para «turbas selvagens», usando de «ódios com as mais viscosas calúnias» para «perseguir depois com a mais repugnante violência»⁴⁶.

Seria difícil prognosticar melhor o que *Terra Livre* viria a sofrer por causa da malfadada bomba da Rua Nova do Carmo. Mas, desde já, o que estava acontecendo com a conspiração do 27 de Abril o comprovava: uma revolução de republicanos puros e duros era acoimada de anti-republicana e os seus autores, homens idealistas, no meio dos quais se misturavam vários sindicalistas, eram perseguidos com brutalidade. *Terra Livre*, distanciando-se com prudência dos abrilistas, minimizaria o significado oculto deste movimento tão decisivo, classificando-o, com manifesto menosprezo, de «sarrafusca militar» ou «sarrafusca militaresca»⁴⁷, comparando a prisão e deportação dos republicanos implicados no 27 de Abril com a gorada conspiração antifranquista do 28 de Janeiro de 1908: «A história repete-se», lê-se nos títulos que se seguem ao cabeçalho. «Atravessamos uma época semelhante à dos últimos dias da ditadura franquista.»⁴⁸ E prosseguia na sua comparação Costa-Franco:

Hoje, em 27 de Abril, alguns republicanos, reflectindo o geral descontentamento pela marcha dos negócios públicos, tentam uma rebelião que foi sufocada como a do 28 de Janeiro [...] Entre uma e outra situação há apenas uma diferença. Enquanto o odioso e odiado João Franco publicava o Decreto de 31 de Janeiro autorizando-se abertamente a deportar os presos, o democrático e popular presidente do actual Ministério, sem publicar nenhum decreto, prestidigitando com os vadios, enviou para os Açores os presos políticos, com o espanto e surpresa de toda a gente⁴⁹.

Efectivamente, os implicados na intentona do 27 de Abril foram rapidamente deportados para Angra do Heroísmo: o capitão Lima Dias, o general Fausto Guedes, o capitão-tenente Fontes Pereira de Melo e diversos revolucionários do quartel de infantaria 5, na Graça, foram conduzidos para o Arsenal de Marinha e dali para o cruzador *República*. Outros implicados seguiriam idêntico destino: o capitão Viana de Andrade, o capitão-de-mar-e-guerra Soares Andreia, Lomelino de Freitas, capitão-tenente Serejo Júnior, tenente Ernesto José dos Santos — estes últimos heróis do 5 de Outubro —, Júdice Biker, o editor Gomes de Carvalho, etc. Transportados para os Açores, ficaram os abrilistas sob a jurisdição do coronel Ribeiro da Fonseca, sob cuja alçada correram os processos movidos aos revolucionários. Os oficiais presos (Lima Dias, Lobo Pimentel, Fausto Guedes, etc.) ficaram em Angra, nas casas do castelo de Angra, no mesmo lugar onde outrora estivera preso Afonso VI. Mais tarde seriam

⁴⁶ Cf. «Em pleno pânico», in *Terra Livre*, n.º 12, pp. 1-2.

⁴⁷ Artigo «As medidas do Governo», in *Terra Livre*, n.º 13, de 8 de Maio de 1913.

⁴⁸ «Hoje como ontem! / Outra vez João Franco», in *Terra Livre*, n.º 13, p. 1. O reencontro Franco/Costa é satirizado pel'*Os Ridículos* no n.º 795, de 7 de Maio de 1913, p. 1.

⁴⁹ Id., *ibid.*

estes presos transferidos para o presídio da Trafaria, depois de sete meses passados nos Açores ⁵⁰.

Mas, se *Terra Livre* protesta contra as apreensões de que são vítimas as publicações congêneres — e ela mesma ⁵¹ —, ou ainda contra a prisão de sindicalistas e até de dois colaboradores seus, Carlos Rates e António Henriques ⁵², tomados como vadios quando iam à Madeira pronunciar conferências, ficando recolhidos no Limoeiro, «entre os ferros da República» ⁵³, a sua indignação será ainda maior quando, sob o pretexto do atentado do 10 de Junho, o semanário e os seus mentores forem encarcerados durante várias semanas, o que indignaria também *O Sindicalista*, *A Aurora* e *O Socialista* ⁵⁴. Recordemos o que foi esse atentado e como dele se aproveitou Afonso Costa para se desembaraçar dos libertários ⁵⁵.

3. A «MALFADADA BOMBA»

Nas festas camonianas da cidade, do dia 10 de Junho, realizaram-se diversos desfiles que percorreram a Baixa de Lisboa. Na cauda daquele que subia o Chiado encorporaram-se alguns operários e desempregados. Junto ao Rossio, em torno do quiosque conhecido pela Bóia, onde habitualmente se vendiam publicações libertárias e se juntavam anarquistas, concentraram-se diversos sindicalistas que tinham preparado uma bandeira negra com a inscrição «Pão ou trabalho». Foi esse estandarte que um polícia tentou arrancar ao seu portador, quando os desempregados se colaram à cauda do cortejo, ao começo da Rua Nova do Carmo. Quando o porta-estandarte, Valério Benjamim Ferreira, era detido, explodiu junto do Hotel Universo um petardo lançado por mão ignorada. A explosão matou imediatamente um jovem vendedor de hortalças chamado Álvaro Rodrigues, de 17 anos de idade, ferindo ainda umas trinta pessoas, entre as quais uma garota que estava à janela do 2.º andar do Hotel Universo. O atentado, depressa imputado aos anarquistas e posteriormente contado como tendo morto crianças que iam no cortejo, o que não era de modo algum exacto, forneceu ao Governo oportuno pretexto para uma verdadeira

⁵⁰ Veja-se *Ilustração Portuguesa*, n.ºs 376-380, de 5 e 26 de Maio de 1913 e n.º 410, de 29 de Dezembro de 1913.

⁵¹ Cf. *Terra Livre*, n.º 14, de 15 de Maio de 1913: «*Terra Livre* apreendida. / Por que seria?»

⁵² Sobre a prisão de Carlos Rates veja-se *Terra Livre*, n.º 15, p. 2 («Carlos Rates preso») e n.º 18, p. 9 («Uma infâmia assombrosa: / Carlos Rates e António Henriques estão presos como vadios!»).

⁵³ Artigo no n.º 18, p. 9; vide *supra*.

⁵⁴ Alexandre Vieira lembra o caso no seu *Para a História*, cit. (p. 68). *O Socialista*, de Pedro Muralha, entrevistou Pinto Quartim (12 de Junho de 1913), texto reproduzido no n.º 23 da *Terra Livre*, p. 4. *O Operário Construtor*, de Lisboa, publicou um número único e especial sobre os libertários detidos no Limoeiro.

⁵⁵ Sobre o atentado de 10 de Junho de 1913 vejam-se os seguintes jornais e revistas: *O Sindicalista*, n.ºs 129 e 130, de 22 de Junho e 19 de Julho de 1913, respectivamente; *Diário de Notícias* dos dias 11, 12, 13, 14, 17, 18 e 23 de Junho; *Ilustração Portuguesa*, n.ºs 382 e 383, de 16 e 23 de Junho de 1913; *Novidades* dos dias 10 e 12 de Junho de 1913; *O Século* dos dias 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 25, 26 e 28 de Junho de 1913; *O Dia* de 10, 12, 14, 16 e 17 de Junho de 1913; *O Mundo* dos dias 11, 12, 13, 15, 18 e 22 de Junho de 1913; *República* dos dias 11, 12, 14, 18 e 23 de Junho de 1913; *A Capital* de 10, 11, 12 e 18 de Junho de 1913.

«caçada às bruxas», permitindo-lhe dissolver a Casa Sindical e deter militantes sindicalistas, entre os quais Pinto Quartim e Alexandre Vieira. Se Pinto Quartim foi depois expulso para o Brasil ⁵⁶, com uma condenação de dez anos de banimento, voltando desse exílio dois anos volvidos, os demais sindicalistas apanhados na grande rusga lançada pelo Governo, sob pretexto da bomba do 10 de Junho, eram, após meses de prisão sem culpa formada, expedidos inopinadamente para o Forte da Graça, em Elvas, onde quase todos perfizeram nove meses de prisão igualmente sem culpa formada ⁵⁷, isto em 12 de Outubro de 1913. Algum tempo depois, respondendo no Parlamento às críticas de Machado Santos, o chefe do executivo negaria haver em Portugal pessoas presas sem culpa ou abusos do poder na detenção de indivíduos acusados de agitação revolucionária. «Fazem falta à sociedade portuguesa», perguntou Afonso Costa na sessão de 15 de Dezembro, «os indivíduos que estão presos, logo que os tribunais os julgam? Devemos conservar na sociedade esses indivíduos que fazem a propaganda da dinamite, que ajudam a fabricar bombas e que são os próprios a arremessá-las sobre cortejos de [crianças e de] pacíficos cidadãos?» E respondia que não, acrescentando:

Tem-se dito que há pessoas presas sem culpa formada e que, como tantos outros, têm de ser soltos e absolvidos pelos tribunais. O que se persegue é a propaganda do crime. Tem-se dito que há pessoas presas sem culpa. A esse respeito devo dizer que quase todos os indivíduos

⁵⁶ *O Século* do dia 9 de Julho de 1913 noticiava:

Foi ontem interrogado no Limoeiro pelo agente Figueira da Polícia de Investigação o nosso colega Pinto Quartim, director do semanário *A Terra Livre* [sic], preso naquela cadeia como inspirador dos acontecimentos do dia 10 de Junho, por ocasião do cortejo camoniano.

Dois dias depois, após noticiar a expulsão do português residente no Brasil que viera do Pará para assassinar Afonso Costa — um tal José Coelho da Cunha Neves, detido em Santarém quando aguardava a passagem do comboio onde viajava o chefe do Governo —, o mesmo jornal, na secção «Últimos acontecimentos» (p. 3), noticiava que, tendo Pinto Quartim invocado a qualidade de cidadão brasileiro e pedido a intervenção do cônsul do Brasil em Lisboa, as autoridades tinham decidido aplicar-lhe a lei de António Macieira sobre estrangeiros, a mesma que servira para expulsar o alegado autor da tentativa de assassinato de Afonso Costa: «[...] foi-lhe aplicada a mesma lei e a mesma penalidade, pelo que, por estes dias, será assinada a ordem da sua expulsão de Portugal, devendo igualmente ser posto na fronteira» (*O Século* de 11 de Agosto de 1913). Os demais sindicalistas presos pela mesma razão seriam entregues ao tribunais militares. Como dissemos, *A Aurora* de 17 de Julho de 1913, com o título de «A última prepotência», refere a expulsão de Pinto Quartim e escreve: «Expulsam-no porque não o podem condenar» (p. 1, n.º 160 d'*A Aurora*). Algum tempo antes, no n.º 157 do mesmo semanário, de 27 de Julho de 1913, Manuel Luís da Costa Júnior — colaborador aliás de *Terra Livre* — escrevia um artigo em louvor de Pinto Quartim intitulado «Um homem» (p. 3), lembrando que este se encontrava preso há 40 dias; nesse mesmo dia, *A Aurora* assinala que acaba de aparecer em Lisboa o semanário *O Protesto*, substituto de *Terra Livre*, comentando:

Naturalmente os leitores já devem compreender o motivo desta substituição inesperada. É que estamos num país essencialmente democrático [...]

Sobre *O Protesto* de 1913 — que não existe infelizmente na Biblioteca Nacional — veja-se acima a nota 12.

⁵⁷ Alexandre Vieira, *Para a História*, cit., p. 69.

presos por delitos políticos são culpados. Raríssimas são as excepções em que a prisão se efectue por mera confusão⁵⁸.

E insistia:

Em Portugal, repito, não se têm feito prisões senão de indivíduos que, salvo uma ou outra pura excepção, são verdadeiros culpados⁵⁹.

⁵⁸ Afonso Costa, *Discursos Parlamentares. 1911-1914* (compilação, prefácio e notas de Oliveira Marques), Lisboa, Bertrand, 1976, p. 583. Os parênteses quadrados constam desta edição citada. Note-se que não é verdade que a bomba tenha vitimado crianças. Recordemos o que se passou: quando o cortejo camoniano passava junto do quiosque A Bóia, local de reunião habitual de anarquistas, um grupo de indivíduos, um dos quais segurava uma bandeira negra com a inscrição «Pão ou trabalho», tentou incorporar-se no desfile, junto dos alunos da Escola do Exército, mas viu os seus intuitos frustrados pela polícia. Não desistindo do seu intento, esses anarquistas aguardaram nova ocasião e introduziram-se na cauda do desfile, atrás da filarmónica de Castelo de Vide. Em plena Rua Nova do Carmo, diante do Hotel Universo, o guarda Aires Pereira decidiu arrancar a bandeira negra. O porta-estandarte, Valério Benjamim Ferreira, resistiu porém. Ouviu-se então o estampido dum petardo lançado sobre o cortejo, no sítio onde se passavam aqueles incidentes com a bandeira negra. O estrondo, ecoando pela Baixa, gerou pânico sobretudo no Rossio. Para evitar correrias, os alunos da Escola do Exército fecharam então a embocadura da Rua Nova do Carmo, enquanto a multidão fugia em pânico. Apesar da explosão do petardo, o guarda não largara o porta-estandarte, ficando ambos feridos. O Valério Ferreira, operário do Arsenal da Marinha, acabaria, aliás, por sucumbir no Limoeiro, alguns dias volvidos. Entretanto, elementos enfurecidos, que tinham presenciado a cena da bandeira e da explosão do petardo, lançaram fogo ao quiosque A Bóia. O petardo provocara muitos feridos e um morto, o vendedor Álvaro Rodrigues, que ali assistira à passagem do cortejo. O porta-bandeira, que havia de falecer também, uma semana depois, era operário, mas não se encontrava desempregado, como, aliás, o lembrou Afonso Costa no Parlamento (*op. cit.*, p. 524). No dia 12 falecia outra vítima da explosão, Valdemiro Pinto, da banda de Castelo de Vide. A explosão fez assim três mortes e muitos feridos, mas nenhuma criança dos cortejos cívicos foi vitimada por ela. O boletineiro Aurélio da Conceição César, poeta e anarquista sem filiação definida, foi acusado de ser o autor do arremesso do petardo do dia 10. As investigações foram conduzidas pelo juiz de instrução criminal, o Dr. Alfeu da Cruz. Em seguida ao atentado, o jornal monárquico *O Dia* foi assaltado, assim como a Casa Sindical, que aliás se encontrava encerrada por decisão governamental anterior. Aquela agremiação operária ficava na Rua dos Prazeres, à Praça das Flores; entre os que se dirigiram para o assalto circulou um placard com os dizeres «Assalto à Casa Sindical» (*Jornal de Notícias* de 12 de Junho de 1913). «Eram cerca das 15 h», continua este jornal nortenho, «quando um numeroso grupo chegou à frente desta, dando vivas à República e morras aos sindicalistas. A porta estava de serviço o guarda 1627, que correu ao mais próximo telefone a comunicar para o Governo Civil o que se passava, isto enquanto a multidão ia lançando uma saraivada de pedras sobre o prédio 39 e 41, onde aquela agremiação estava instalada, partindo-lhe todos os vidros. Investindo depois contra a porta 41 e janelas do rés-do-chão, tudo arrombaram, entrando alguns populares na sede da União das Associações de Classes e trazendo dali vários bancos e outros objectos, que partiram na rua, sempre entre vivas e morras. Dez minutos depois, à carga, subia a rua uma força do 3.º esquadrão de cavalaria da Guarda Republicana, que dispersou os manifestantes, distribuindo algumas pranchadas. Tentando segunda vez os populares investir contra o edifício, houve novas cargas de cavalaria e a rua ficou desimpedida, chegando então uma força de polícia, que evitou novas confrontações e manifestações. Os assaltantes formaram depois um cortejo, que, levando à frente a tábua de um banco onde se lia 'Assalto à Casa Sindical' seguiu para a Baixa, onde dispersou.» Em Novembro morreria uma quarta vítima do atentado de 10 de Junho: o impressor Luís António Baptista, de 21 anos, ferido no ventre.

⁵⁹ Afonso Costa, discurso no Parlamento, de 15 de Dezembro de 1913, in *Discursos Parlamentares. 1911-1914*, p. 581.

E perguntava:

Pode consentir-se que fique impune quem, em 11 de Junho de 1913, disse que a bomba arremessada na Rua do Carmo devia ser atirada sobre os culpados do estado em que o operariado se encontrava? É preciso dizer que o Código Penal pune a propaganda do crime⁶⁰.

A verdade, porém, é que nem *O Sindicalista*, nem *A Aurora*, nem *Terra Livre* fizeram essa apologia do bombismo, antes condenaram com clareza e indignação o recurso a essa «arma infame»⁶¹.

No seu n.º 19, já citado, *Terra Livre* indignava-se com a prisão de Pinto Quartim e a injustiça de o terem associado a um atentado que o semanário nunca podia ter aprovado, dando ainda uma lista de sindicalistas detidos na altura⁶². E conta como se deu a prisão do director do semanário: pelas 7 horas do dia 11 de Junho, o dia seguinte ao do atentado, foi Pinto Quartim procurado em sua casa pela polícia preventiva e levado para o Governo Civil, onde deu entrada pelas 8 da manhã, ali se conservando até às 11 da noite, altura em que foi chamado ao gabinete do juiz de instrução criminal, Dr. Alfreu Cruz, que o convidou a fazer declarações ao seu colega, Dr. Aarão de Carvalho, sendo então verbalmente acusado de ter escrito artigos em que incitava o operariado à revolta. Reduzidas a auto as suas declarações, recolheu ao calabouço, sendo removido, na madrugada do dia seguinte, para o Limoeiro, juntamente com outros 17 presos. No Limoeiro encontraria Pinto Quartim o seu amigo e correligionário Alexandre Vieira, também ali encarcerado. Defendendo o seu director, o semanário espanta-se com a acusação que lhe era assacada:

Terra Livre acusada de agente indirecto do atentado do dia 10 pelos artigos violentos publicados em suas colunas!! Como se o acto do dia 10 não fosse ainda consequência da propaganda revolucionária feita pelos republicanos para conquistar o poder — propaganda cuja necessidade para o triunfo das aspirações dos chefes republicanos a nossa imparcialidade dito seja de passagem! Como se o acto do dia 10 não fosse o reflexo desta indisciplina social que se tem feito sentir depois da mudança das instituições, indisciplina que não é particular em Portugal, mas que costuma seguir-se a todas as revoluções!⁶³

Num outro artigo publicado no mesmo número, o semanário, depois de relatar as violências que se seguiram ao atentado, lembra que a multidão, «atroando os ares com gritos de morte contra anarquistas e sindicalistas, se dirigiu de tropel à Casa Sindical, que se encontrava, como é sabido, encerrada por ordem do Governo, assaltando-a com uma

⁶⁰ Afonso Costa, discurso no Parlamento, de 15 de Dezembro de 1913, in *Discursos Parlamentares, 1911-1914*, p. 584.

⁶¹ Veja-se nota 27. Veja-se *Terra Livre*, artigos «A arma infame» (n.º 24, p. 1); «Perseguição à *Terra Livre*. A prisão do nosso camarada Pinto Quartim» (n.º 19, pp. 4-5); «A situação» (n.º 19, p. 1); «Ignorância das multidões» (n.º 21, p. 2); «Em pleno arbítrio! Na mais absoluta autocracia!» (n.º 22, pp. 2-3); «Em pleno regime autocrático!» (n.º 23, pp. 4-5). Veja-se ainda *A Aurora*, artigo «A bomba» (n.º 152, de 22 de Junho de 1913).

⁶² Cf. artigo «Perseguição à *Terra Livre* [...]», n.º 19, p. 4.

⁶³ Id. A segunda frase citada está incompleta no original.

ferocidade incrível e destruindo o que podiam destruir»⁶⁴. Alguns dias depois, a 14 de Junho, um decreto dissolvia a Casa Sindical e o Centro de Estudos Sociais, a Alcântara. Quanto aos presos, um deles, o boletineiro Aurélio da Conceição César, foi formalmente acusado de ter sido quem lançara a bomba sobre o cortejo⁶⁵. Mas os anarco-sindicalistas, embora nada fosse provado quanto à autoria material ou sequer moral do atentado, continuavam detidos sem culpa formada e seriam muitos deles transferidos para Elvas só em Outubro. Numa entrevista feita a um socialista («socialista-monárquico», note-se) transferido para o Forte da Graça na mesma altura, o antigo anarquista Joaquim Leitão, agora monárquico militante, contava uma leva de 130 presos políticos, escoltados por 400 praças da Guarda-Republicana, de espingada carregada e bala de guerra, metidos em Santa Apolónia numa 3.^a classe, empilhados como sardinhas, levados para Elvas, extenuados, sem alimentação, encarcerados depois em prisões de configuração tumular, cavadas cinco metros abaixo do solo⁶⁶. Mas Pinto Quartim não fazia parte desta leva de autênticos Jean Valgean operários: fora expulso para o Brasil, onde nascera vinte e seis anos antes. Efectivamente, depois de várias semanas detido, apesar dos protestos d'*A Aurora*, d'*O Sindicalista* e dos próprios artigos de *Terra Livre* assinalando que o tempo passava e os seus camaradas continuavam presos no Limoeiro, Pinto Quartim não acabaria por ser julgado, antes lhe foi aplicado o castigo do exílio, o que levava *A Aurora* a verberar, num artigo intitulado «A última prepotência», essa medida que encerrava afinal uma confissão de impotência: «Expulsa-se porque não se pode condenar.»⁶⁷ Estava-se em Agosto de 1913. Um mês antes, no n.º 21 de *Terra Livre*, sob o título «Ignorância das multidões», lastimava-se: o «tristíssimo e lamentável caso do dia 10 de Junho [...] veio mais uma vez demonstrar-nos quanto é difícil uma ideia nova,

⁶⁴ Artigo «A situação», in *Terra Livre*, n.º 19, p. 1.

⁶⁵ Veja-se *O Século* de 26 de Junho de 1913, p. 3, com fotografia de Aurélio César, ditc «o Parrot», colaborador d'*A Revolta*, semanário anarquista lisboeta (v. g., n.º 10, de 9 de Março de 1913, p. 3: uma «canção libertária» de César Parrot).

⁶⁶ Joaquim Leitão, *A Entrevista*, n.º 12, de 31 de Janeiro de 1914, pp. 195 e segs. O «socialista monárquico» entrevistado chamava-se Joaquim Oeiras. Leitão transcreve nesse mesmo número um manifesto operário espalhado em Lisboa em começos de 1914 e no qual se lê (p. 180):

Afonso Costa é pior do que João Franco. À miséria do povo, que vai sendo cada vez mais assustadora, responde Afonso Costa com *superavit* no papel. À emancipação do operariado responde o tirano com o arbítrio, fechando associações, prendendo e espancando operários, lançando na miséria centenas de famílias que não têm acções da Ámbaca nem interesses ligados a sindicatos e companhias do caminho-de-ferro, mas vivem apenas do seu trabalho honrado e honesto do seu braço. Povo trabalhador! É preciso que o tirano caia e a liberdade não seja apanágio dos traidores, denunciante e criminosos da solidariedade operária. A manifestação de hoje é um ultraje à classe operária trabalhadora. Viva a liberdade! Abaixo a tirania!

Este manifesto foi distribuído para convocar contramanifestantes para o 26 de Janeiro, altura em que o primeiro Gabinete Afonso Costa se encontrava já demissionário; o manifesto foi transcrito no número de 27 de Janeiro de 1914 da *Vanguarda*, continuação do jornal *O Socialista*, de Pedro Muralha (futuro sidonista *enragé*), suspenso em 1913.

⁶⁷ *A Aurora*, n.º 160, de 17 de Agosto de 1913, p. 1, artigo «A última prepotência».

generosa, altruísta e humana ser compreendida e assimilada pelas camadas sociais, pela grande multidão de indivíduos que seriam os próprios beneficiados com a realização desse ideal, mas que a mesquinhez da sua inteligência, ou, antes, as trevas em que a ignorância a mergulhou tornam ainda longínquo e fugaz». E concluía, afirmando como Reclus: «Educar é revolucionar.»⁶⁸

Curiosamente, o monárquico Rocha Martins, num artigo intitulado «Porque condenamos as bombas», saído no *Novidades* de 12 de Junho, lembrava a propósito uma página de Zola, no seu romance *Paris*: o operário Salvat, enlouquecido pela fome e pelo ódio aos ricos, decide lançar uma bomba sobre um membro da classe opulenta e, procurando atingir a mulher dum banqueiro, acaba por ferir de morte uma costureirinha que ia levar um chapéu à senhora da casa; e lembrava Rocha Martins que, a 30 de Dezembro de 1910, o actual presidente do Conselho, Afonso Costa, então ministro da Justiça do Governo Provisório, inaugurara o Museu da Revolução, no edifício do Quelhas, onde precisamente se glorificava a bomba⁶⁹, essa bomba cantada pelo célebre José Nunes, autor do livro *A Bomba Explosiva*, que *Terra Livre* anunciava desde o n.º 16, vendendo-o na administração do semanário⁷⁰. Este anúncio saíra a 19 de Maio, cerca de vinte dias antes do caso da Rua Nova do Carmo: coincidência infeliz ou não, a tal «arma infame» contra a qual se insurgia o semanário, no seu derradeiro número, seria conhecida, dizia *Terra Livre*, de alguns camaradas seus por a terem visto... «no Museu da Revolução»⁷¹. O facto, porém, aí estava: o atentado do dia 10 de Junho servira ao Governo para se abater sobre o sindicalismo e a imprensa libertária, aproveitando a ocasião para apreender também alguns jornais conservadores, como *O Dia* (apreendido no dia 11 de Junho), *Os Ridículos*, etc.; e para deportar muitos dos sindicalistas e manter dissolvida a Casa Sindical. No ano seguinte, refeito desse choque, o movimento operário conseguiria todavia restabelecer-se e robustecer-se o bastante para reunir em Tomar um congresso operário donde sairia a União Operária Nacional.

⁶⁸ Artigo «Ignorância das multidões», in *Terra Livre*, n.º 21, de 3 de Julho de 1913, p. 2.

⁶⁹ Sobre o Museu da Revolução veja-se Rocha Martins, *A República. Memórias para a História do Novo Regime*, Lisboa, Sociedade Tipográfica Editora, s. d., pp. 223 e segs.; Carlos Malheiro Dias, *Zona de Tufões*, Lisboa, Bertrand, 1912, pp. 458 e segs. O texto de Zola referido por Rocha Martins encontra-se no seu romance *Paris*, Bibliothèque Charpentier, 1898, pp. 119-121; na tradução portuguesa de J. Eduardo Albano (*Paris*, Porto, Editorial Crisos, s. d., 2 vols.), a mesma passagem acha-se no vol. 1, pp. 102-105. E Rocha Martins, aludindo à menina ferida que se achava no 2.º andar do Hotel Universo, vendo passar o cortejo camoniano, escreve:

Por isso, o atentado da Rua do Carmo, como todos os outros, nos punziu, tanto mais que este é inexplicável com a sua brutalidade, idiota nas suas circunstâncias, incompreensível, inútil, perverso até, tenha ele o autor que tiver, sirva a causa que servir. Feriu muita gente do povo e alcançou mesmo uma pobre menina, como a costureirinha de Zola, e que momentos antes sorria às crianças do cortejo. [Artigo «Porque condenamos as bombas. A visão de uma página de Zola», in *Novidades* de 12 de Junho de 1913, p. 1.]

⁷⁰ O livro de José Maria Nunes, *A Bomba Explosiva*, é anunciado na *Terra Livre*, n.º 16, de 29 de Maio de 1913, p. 6.

⁷¹ Artigo «A arma infame», n.º 24, p. 1.

Ao ano terrível de 1913 iriam suceder anos igualmente árduos — mas menos dramaticamente dolorosos —, como aquele em que *Terra Livre* nasceu — e tão depressa viveu —, para lembrar aos operários — ainda que só aos mais «inteligentes e estudiosos» — estas asserções capitais:

A função política — apanágio de oligarquias em que os monárquicos são republicanos de coroa e ceptro e os republicanos são monárquicos de chapéu de coco e bengala — generalizar-se-á, integralizar-se-á, dinamizar-se-á, pulverizar-se-á e passará desses profissionais [...] para a grande massa anónima, que, consciente da solidariedade social e cónscia dos altos interesses das sociedades, entra a exercê-la *directamente* entre si, sem sofismas de votos, de eleições, de parlamento ou de quaisquer entidades ornamentais e fictícias; porque, como se lê no final desse mesmo artigo, definindo o programa doutrinário da nova revista que acaba de aparecer, «*Terra Livre* quer [...] dizer — terra de libertados e de libertários»⁷².

4. A «ÁSPIDE DO DESPOTISMO»

A 11 de Junho de 1913, no dia seguinte ao rebentamento do petardo na Rua Nova do Carmo, Afonso Costa ia ao Parlamento, de cenho apropriado e expressão patética, apostrofar os sindicalistas, tidos como assassinos de ferinas entranhas e de falsos amigos do operariado. Assim como já ali denunciara, parodiando porventura sem querer os discursos de Robespierre ou de Saint-Just, os abrilistas, esses «energúmenos sem patriotismo nem fé, ambiciosos sem escrúpulos»⁷³, vinha agora, menos de dois meses volvidos sobre a intentona radical, verberar o «nefando, criminoso e miserável atentado»⁷⁴ levado a cabo por um «grupo de desvairados»⁷⁵, por essa «meia dúzia de idiotas»⁷⁶, condenando desta feita o próprio sindicalismo revolucionário, já denunciado na conferência de Janeiro na Imprensa Nacional. O sindicalismo era agora apontado à execração universal, como «uma forma de acção directa por ela mesmo, de violência pela violência, de *sabotage*, a forma mais hipócrita de luta, de greves gerais para provocar a paralisação da vida colectiva, do crime individual, do roubo, pregado como doutrina, defendido como necessidade e como justiça o assassinato de criaturas indefesas»⁷⁷. Era a maior das infâmias e das perversões, aquela obra levada a cabo pelos sindicalistas revolucionários:

Só há uma palavra para comemorar os acontecimentos de ontem à tarde, é que o resto do bando sindicalista, sem nome, sem dignidade, suicidou-se no começo da Rua do Carmo, porque não pode haver na

⁷² Artigo de fundo intitulado «Terra livre», in *Terra Livre*, n.º 1, pp. 1-2.

⁷³ Afonso Costa, discurso parlamentar, sessão de 28 de Abril de 1913, *op. cit.*, p. 402.

⁷⁴ Id., sessão de 13 de Junho de 1913, *op. cit.*, p. 535.

⁷⁵ Id., sessão de 11 de Junho de 1913, *op. cit.*, p. 520.

⁷⁶ Id., p. 523.

⁷⁷ Id., pp. 521-522.

classe operária, hoje, quem não os conheça por dentro depois desses acontecimentos ⁷⁸.

Estrugiram os aplausos depois dessa tirada de Apocalipse. E logo Afonso Costa prosseguia:

Tenho 30 anos de propaganda a favor do socialismo, bem entendido, que melhore cada vez mais as condições das classes pobres, mas tenho tenha também 30 anos de propaganda contra o socialismo revolucionário ⁷⁹.

Daí a sua objurgatória terrível contra o tugúrio onde se acoitava o «sindicalismo internacional», bárbaro e assassino, a Casa Sindical:

«A Casa Sindical não era uma casa para tratar de assuntos económicos dos associados. Planeou-se ali assassinatos, conspirou-se contra a vida dos homens públicos deste país, alguns dos quais altamente colocados [...]» ⁸⁰, dizia Costa em direcção a Pedro Martins, alguns dias depois, na sessão do dia 13 de Junho. Mas já antes, logo no dia 11, os sindicalistas eram ferreteados como os «únicos responsáveis pelas perturbações da ordem em Portugal» ⁸¹. Note-se: «os únicos responsáveis». Costa esquecia-se aqui da sua teoria cromática da árvore daninha anti-republicana, «a árvore daninha da conspirata e da desordem» ⁸², ora azul e branca, ora «verde e negra», ora até «multicor»... ⁸³ Fosse como fosse, para ele o «sindicalismo não pertence ao Partido Republicano: o sindicalismo revolucionário é um sindicalismo de assassinos» ⁸⁴. Vozes em redor: «Muito bem.» E, denunciando, cada vez mais duramente, o «sindicalismo assassino da Rua do Carmo» ⁸⁵, o chefe do Governo afirma que o povo, «o que se chama verdadeiramente o povo, esse quer que o deixem trabalhar, que o deixem viver, que o deixem amar a República» ⁸⁶. O crime dos sindicalistas bombistas era, obviamente, o de não deixarem que o povo — o verdadeiro povo, ordeiro, bom povo, trabalhador e pacato — amasse a sua República. Os operários, falsos amigos do povo, habituados à «vida de crimes e parasitismo» ⁸⁷ dos tempos da «ominosa» — isto é, a Monarquia —, eram, deste modo, os fautores da desordem, da anarquia e do crime. Por isso Costa termina com esta *envolée*:

Senhor Presidente: o Partido que está actualmente no Poder é um Partido de ordem. [...] Não abrigamos dentro do nosso coração a áspide venenosa do despotismo ⁸⁸.

⁷⁸ Afonso Costa, discurso parlamentar, sessão de 11 de Junho de 1913, *op. cit.*, p. 524. Veja-se a resposta d'*A Aurora* no n.º 157, de 27 de Julho de 1913, artigo «Os últimos restos»; veja-se *O Sindicalista* de 22 de Julho de 1913, artigo «Desfazendo mentiras», p. 4 (n.º 129), e «Os últimos restos», p. 2 (n.º 129).

⁷⁹ Id., *op. cit.*, pp. 522-523.

⁸⁰ Id., *ibid.*, p. 537 (sessão de 13 de Junho de 1913).

⁸¹ Id., *ibid.*, p. 523 (sessão de 11 de Junho de 1913).

⁸² Id., *ibid.*, p. 403 (sessão de 28 de Abril de 1913).

⁸³ Id., *ibid.*

⁸⁴ Id., *ibid.*, p. 538 (sessão de 13 de Junho de 1913).

⁸⁵ Id., *ibid.*

⁸⁶ Id., *ibid.*, p. 540.

⁸⁷ Id., *ibid.*

⁸⁸ Id., *ibid.*, p. 542.

Seria difícil confessar de modo mais ingenuamente irónico o ideário duma República conservadora e ordeira — aquela que Joaquim Moreira sintetizava destarte:

Permitira-se ao povo que fizesse uma revolução, dera-se-lhe mesmo licença de molhar a sopa nas pias de água benta dos conventos, mas ia-se agora deitar mãos à obra, meter tudo nos eixos e fazer sair do alçapão das artimanhas políticas uma República pacata, conservadora, burguesa, pé de boi, bem comportada nas suas relações externas e muito comedida nas suas aspirações caseiras — de porta aberta pra quem quisesse aderir e de faca na liga pra quem tentasse refilar⁸⁹.

As eleições desse ano de 1913 mostra-lo-iam bem: Costa acolhia o «assassino do 5 de Abril», o almirante Ferreira do Amaral, o antigo chefe de Governo de D. Manuel II, «adesivo» feito alvo de todos os virotes dos caricaturistas, mas acusava de banditismo vulgar os sindicalistas:

Quem atirou a bomba têm os seus lugares nas penitenciárias, são bandidos de delito comum e não fazem parte de nenhuma colectividade⁹⁰.

Era repelir para as trevas exteriores, onde só havia choros, ranger dos dentes e as catacumbas do Forte de Elvas, os defensores da classe operária. Era sancionar o divórcio irremediável da República e do operariado.

5. CONCLUSÃO: A REPÚBLICA DESPOJA-SE DO SEU IDEÁRIO SOCIAL

O ano de 1913 pode ser considerado um marco em certa medida definitivo e até irremediável nas relações da República com o operariado, o final duma ruptura praticamente consagrada com os tiros da Avenida de Luísa Todi, de Setúbal, em Março de 1911. Agora, com a conferência da Imprensa Nacional e, depois, com o paroxismo do contencioso entre anarquistas e republicanos, entre sindicalistas e democráticos, entre operários e burgueses no poder, o conflito fazia transparecer de modo particularmente cru e lancinante o significado daquela crise: era, mais do que a ruptura ou o divórcio, o definitivo e irreparável abandono, por parte dos republicanos, de tudo quanto tinha havido de intentos sociais no programa, no ideário, no sonho mesmo consubstanciado na revolução triunfante em Outubro de 1910. Com a declaração de guerra ao sindicalismo revolucionário e o seu bizarro apelo a um socialismo que realizasse de modo legalista e moderado os ideais que os caudilhos republicanos tinham feito seus durante a fase que imediatamente antecedia a grande revolução e as suas imensas esperanças de renovo e palingenesia social

⁸⁹ Joaquim Madureira, *Na «Fermosa Estrivaria»*, pp. 39-40. O texto de Madureira refere-se, aliás, ao Governo Provisório, mas pode ser extrapolado para os primeiros anos do novo regime; vejam-se ainda neste livro os admiráveis textos sobre o operariado e a República, pp. 42, 43-50, 51-56, 328 e segs.

⁹⁰ Afonso Costa, sessão de 11 de Junho de 1913, *op. cit.*, p. 521. A frase é gramaticalmente defeituosa, como se vê.

e política, Afonso Costa cortava o cordão umbilical que ligava o republicanismo ao socialismo, enveredava de vez por uma prática donde tinham sido afinal escorraçados todos os sonhos de mudança radical na sociedade e no homem português. O PRP, agora reduzido à facção que os seus inimigos não tardariam em crismar acertadamente de «demagogia», transformado portanto em Partido Democrático ou em «afonsismo», recuava para um vago reformismo burguês de fraseologia radical, mas, ao fim e ao cabo, de modestíssimo alcance político ou social. A obra da República, entendida neste diapasão afonsista, não podia nem queria ir além do mero jacobinismo anticlerical: a «basilar», a lei da separação das Igrejas e do Estado, seria a sua lei-chave, o fecho de abóbada dum sistema que preferia acutillar o padre a socorrer efectivamente os deserdados, os pés-descalços, os míseros, os salarizados, o trabalho. A conferência de 26 de Janeiro de 1913 era, no fundo, a condenação radical do sindicalismo revolucionário, identificado com a teoria da acção directa dos que, desde 1909, tinham arredado da chefia do movimento operário português a direcção reformista do Partido Socialista. A Casa Sindical era o templo mesmo deste novo sindicalismo — aquele que apaixonadamente um Manuel Ribeiro vinha defender no seu manifesto estampado n' *O Sindicalista* de Fevereiro desse ano⁹¹. Assim como havia um catolicismo que não era vaticanista — dizia o futuro fundador do Partido Comunista e, ainda mais tarde, futuro católico —, também havia um socialismo que desdenhava do reformismo burguês, dos partidos moderados e legalistas burgueses, do parlamentarismo e da social-democracia preconizada por Afonso Costa; este aconselhava afinal aos operários que se fossem inscrever e militar, não no Partido Democrático, mas num Partido Socialista que já morrera. Por isso, Manuel Ribeiro replicava ao chefe do Governo em nome da comissão executiva do Congresso Sindicalista:

Não venham pois falar aos operários desse socialismo, que eles já sabem o que isso é⁹².

E insistia em repudiar esse socialismo que, para fazer triunfar os seus pontos de vista, entrava no jogo burguês eleitoral e, de abdicação em abdicação, acabaria mesmo por não fazer questão da propriedade, do salário, «na ânsia irreprimível do poder»⁹³. Socialismo não podia ser isso que Costa pedia para os operários, já que verdadeiro socialismo, escrevia Manuel Ribeiro, tinha de ser «uma expropriação, [...] uma destituição, [...] uma desposseuição»⁹⁴. Compreende-se assim que não havia nem podia haver diálogo entre duas concepções tão antagónicas do socialismo, aquela que Costa endossava para um inexistente partido socialista, praticamente a reboque do PRP, e a do sindicalismo revolucionário da Casa Sindical, dos teorizadores anarquistas. Mas também não deixa de ser estranho que Costa, propugnando para os operários o modelo reformista social-democrata, não quisesse transformar o seu próprio partido

⁹¹ Veja-se «Manifesto sindicalista. / A nossa atitude. / Aos trabalhadores de todo o país», in *O Sindicalista*, n.º 115, de 9 de Fevereiro de 1913, pp. 1-2.

⁹² Id., *ibid.*, p. 1.

⁹³ Id., *ibid.*

⁹⁴ Id., *ibid.*

nesse paradigma. Esta contradição foi aliás sublinhada por David de Carvalho, que lhe encontra a seguinte explicação, porventura acertada: Costa «pressentia a necessidade, para consolidação da república democrática, pequeno-burguesa, da existência de um partido socialista, de figurino inglês ou alemão, que afastasse as massas trabalhadoras do sindicalismo revolucionário que então as conduzia nas suas lutas»⁹⁵. A resposta polémica e ríspida do sindicalismo, expressa no manifesto d'*O Sindicalista*, deve tê-lo desiludido.

Ele mesmo confessa, referindo-se ao pouco entusiasmo suscitado nas próprias hostes socialistas em relação à sua conferência do 26 de Janeiro, que o tal socialismo «bem entendido» não despertava senão um «sorriso de mau humor, uma má disposição»⁹⁶. Em suma, ninguém aceitava o seu convite: nem os operários que militavam no sindicalismo revolucionário, nem os socialistas, que continuavam à margem das grandes lutas das classes trabalhadoras, nem os burgueses do Partido Democrático, que, de qualquer modo, preferiam ver o tal socialismo «bem entendido» levado a cabo por outros. Em suma, ninguém lhe prestava realmente ouvidos — e foi preciso uma bomba, como que providencial, para convencer os hesitantes, punir os recalcitrantes e os relapsos. Fosse como fosse, parece ter razão David de Carvalho quando sintetiza destarte o significado profundo das propostas contidas na conferência de Janeiro:

[...] a conferência de Afonso Costa anunciava claramente o abandono definitivo do programa de reformas sociais do Partido Republicano Português⁹⁷.

Aos operários restava, pois, sonhar com a mística tomada do poder e a instauração dum autêntico regime de trabalhadores numa *terra livre* e preparar a greve geral que, em 1914, *O Sindicalista* iria entusiasticamente solicitar, o recomeço do *Dies Irae*, de que o 5 de Outubro fora, afinal, tão decepcionante quanto fugaz ilusão. Restava ainda aos trabalhadores outra via, a mais enganadora, a do abrilismo: a ilusão de que a tortuosa vereda do «putschismo» abriria à classe operária uma via fecunda e positiva. Muitos alimentariam a ilusão golpista dos abrilistas, voltando a participar em mais uma intentona antidemocrática de Machado Santos, a do 13 de Dezembro de 1916. Mais tarde ainda, em Dezembro de 1917, estariam na Rotunda e no Parque Eduardo VII, ao lado de Sidónio, para derrubarem o terceiro — e último — Governo Afonso Costa. E o abrilismo estava finalmente no poder em 8 de Dezembro de 1917, dia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal: ia começar a mais trágica e dolorosa ilusão dos trabalhadores durante a I República. Julgando ter derrubado o «João Franco da República», os operários e os abrilistas do dezembrismo preparavam afinal o caminho para o regime ainda mais autoritário do ditador Sidónio, esse pilar da ponte que ia do franquismo ao salazarismo. A greve geral de Novembro de 1918 seria a penitência que o operariado e o sindicalismo lusos faziam por terem crido de modo tão equivocado nas virtudes do «abrilismo» sido-

⁹⁵ Veja-se «Manifesto sindicalista. / A nossa atitude. / Aos trabalhadores de todo o país», in *O Sindicalista*, n.º 115, de 9 de Fevereiro de 1913, p. 1.

⁹⁶ Afonso Costa, sessão de 11 de Junho de 1913, *op. cit.*, p. 523.

⁹⁷ David de Carvalho, *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910-1926)*, Lisboa, Seara Nova, 1977, p. 64.

nista. A greve desse ano, duramente reprimida por Sidónio, via ultrapassadas em muito as brutalidades afonsistas de 1913. Morto o major-ditador e caído o sidonismo, ressurrecta a República depois do breve reencontro de operários e republicanos na escalada de Monsanto, seria preciso, porém, voltar a combater aquela República eternamente «incolor, frouxa, indecisa, declamatória e *pasteleira*»⁹⁸, como profeticamente a adivinhara Antero de Quental em 1873. Era preciso voltar ao começo, para que um dia Portugal se transformasse de facto numa «terra livre», isto é, numa «terra de libertados»; como diziam os versos da *Internacional* na sua versão portuguesa — «uma terra sem amos»...

Lisboa, Abril de 1981.

⁹⁸ Antero de Quental, artigo em *O Pensamento Social*, n.º 45, de 23 de Fevereiro de 1873, in *Prosas*, vol. III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, p. 199. O termo «pasteleiro» significava, no século XIX, «o que se conforma com todas as opiniões, que segue todos os partidos» (cf. *Grande Dicionário Português*, de Domingos Vieira, Porto, 1873, vol. IV, p. 699). Em Espanha, *pastelero* designava os moderados em política, mormente os que queriam modificar a Constituição de 1812